

Entusiásticas jornadas em Viana e Gondomar

Entusiásticas jornadas promovidas pelos organismos locais do PCP, em Viana do Castelo, no sábado, e em Gondomar, no domingo, manifestaram a crescente implantação do Partido no Norte.

Mais de cinco mil pessoas escutaram as intervenções do camarada Álvaro Cunhal, encontraram resposta a muitas das suas interrogações e, no final, saíram mais determinadas a defender o regime democrático e a prosseguir os caminhos de Abril.

Páginas centrais



Ao lado, em cima, a sala do cinema em Viana do Castelo; em baixo, o ginásio em Gondomar: dois recintos repletos

Firme repúdio popular pela violenta ofensiva contra a Reforma Agrária

De Norte a Sul do país, múltiplas iniciativas e tomadas de posição testemunham o firme repúdio popular pela violenta ofensiva do MAP e do Governo demitido de Nobre da Costa contra a Reforma Agrária.

A foto ao lado refere-se à vila de Cuba, mas em muitas outras localidades, em fábricas e em escolas, em comícios e concentrações, em abaixo-assinados e telegramas, a classe operária, os trabalhadores, o povo em geral, exigem o termo de uma política desestabilizadora e contrária aos interesses nacionais.



(Ler nas páginas interiores)

PCP: uma posição clara

Desde o início da recente ofensiva que o PCP, fiel à sua política de sempre, tem tomado uma clara posição de defesa da Reforma Agrária e de solidariedade com os heróicos trabalhadores alentejanos e ribatejanos.

Ainda ontem, uma

delegação do PCP teve ocasião de expor ao Primeiro-Ministro a sua firme discordância quanto à política que tem vindo a ser aplicada pelo MAP em relação à Reforma Agrária, manifestando a opinião que é urgente pôr cobro

a medidas que afectam o esforço produtivo desenvolvido pelos trabalhadores da zona da Reforma Agrária e são um factor de indesejável instabilidade política e social.

(Ler na pág. 9)

Visita à TAP do Secretário Geral do PCP

Anteontem à tarde, o camarada Álvaro Cunhal visitou as instalações da TAP e participou numa sessão de esclarecimento a que estiveram presentes centenas de trabalhadores da empresa.

Pág. 3

Pela contratação colectiva contra os despedimentos e a repressão

Embora se limitem ao âmbito concelhio, duas concentrações de trabalhadores, uma em Vila Nova de Gaia e outra na Venda Nova (Amadora) assinalam hoje, na rua, uma luta que há vários meses, e sobretudo depois da entrada em funções do Governo demitido, percorre as empresas pela aplicação e negociação dos contratos colectivos de trabalho, pelo pagamento de salários em atraso, contra os boicotes do patronato reaccionário, contra a repressão e os despedimentos e pelo exercício constitucional dos direitos e liberdades sindicais nos locais de trabalho.

Centenas de milhares de trabalhadores exigem que os fundamentos do Estado democrático não continuem a ser abalados pela ofensiva desinterencionista de um Governo sem plenos poderes e que abusa dos que tem, pela política de crédito da banca nacionalizada e pelo patronato reaccionário, que entende impor a sua lei contra a Constituição. Os trabalhadores e os Sindicatos querem o fim da repressão e dos despedimentos. Querem trabalho e um nível de vida digno do Portugal de Abril.

Pág. 5

Como vão ser as Olimpíadas de Moscovo?

Entrevista com o 1.º Vice-Presidente da Comissão Organizadora dos Jogos e Vice-Presidente do Comité Olímpico Internacional.



«Misha», o ursinho símbolo e mascote dos Jogos

Pág. 10

Uma bela página de solidariedade



Pág. 3

Encontraram-se na Festa do «Avante!». Uns eram de Odivelas e contavam a Campanha dos 1200 contos e o trabalho de construção do novo Centro. Os outros vinham do Couço, ouviram e quiseram dar uma ajuda. Logo ali se aprazou uma jornada de trabalho. Dos campos do Couço vieram camaradas até Odivelas. Foi no sábado passado. E escreveu-se uma bela página de solidariedade.

Trabalhadores denunciam actuação do MAP

Em conferência de imprensa ontem realizada em Lisboa, trabalhadores e dirigentes sindicais e de cooperativas e unidades colectivas demonstraram com factos concretos de que lado está a razão.

(Ler na pág. 9)



Estas são mulheres da Reforma Agrária

Em Beja, domingo passado, em empolgante jornada, o Encontro Distrital de Mulheres, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas local, demonstrou exuberantemente quem são e de que lado estão as mulheres alentejanas.

(Ler na pág. 12)



Editorial

SEMENTES DE VIOLÊNCIA NÃO DÃO TRIGO NEM DÃO PÃO

A brutal ofensiva desencadeada pelo MAP contra a Reforma Agrária e os seus heróicos obreiros, juntamente com o escândalo das desintervenções, suscita a maior indignação e a condenação de todos os portugueses democratas e patriotas.

Curiosamente o Governo demitido justifica a ilegalidade da sua intervenção violenta contra as UCPs sob a alegação de desocupar terras ilegalmente ocupadas.

Nos inquietantes dias que estamos vivendo alguns dos departamentos do Governo demitido com maior importância estratégica, revelam-se autênticos destacamentos da extrema-direita.

O Governo demitido está-se desanudando abertamente da sua roupagem de «independente». Por outro lado a cobertura dada pelo PSD e do CDS na Assembleia da República às violências da GNR no Alentejo contra os trabalhadores da Reforma Agrária, ordenadas pelo MAP; o facto de o Governo demitido pôr em execução a celerada lei Barreto, de forma arbitrária e sem diálogo com os trabalhadores; o facto ainda de o MAP dar realização prática às exigências quanto à política agrária formuladas pelo CDS no anterior Governo, identifica alguns importantes aspectos da situação do Governo demitido com os partidos da direita e com a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista de iniciativa do Governo PS sozinho.

O Governo demitido realiza assim - sem a etiqueta do PSD e do CDS e mesmo do PS - a política reaccionária de classe daqueles dois partidos da extrema-direita legal, a que se deve juntar o pequeno partido dos grandes senhores feudais e latifundiários que dá pelo nome de PPM.

O grupo, alojado no MAP, donde partem as ordens de violência contra homens e mulheres cujo horrendo crime foi o de transformarem, a rodos de energia e de patriotismo, as terras incultas e estéréis do latifúndio em terras de pão e carne para o seu povo, com as implicações económicas e sociais decorrentes, não são pessoas isentas mas pessoas directamente comprometidas com as formas mais odiosas de exploração agrária que o 25 de Abril liquidou.

O sr. Vaz Portugal, ministro (demitido) da Agricultura, pode ser provavelmente um grande especialista na sua profissão mas mostra nada compreender da grandeza social e humana da experiência que se processa nos campos do Alentejo e do Ribatejo sob o sorriso da Reforma Agrária, nada percebe da epopeia heróica desses milhares de homens e mulheres que puseram à prova a sua extraordinária capacidade de fazer produzir a terra e de fabricar felicidade e bem-estar para si e os seus e o seu povo.

O sr. Francisco Borba, secretário de Estado (demitido) do Fomento Agrário, antigo proprietário das terras hoje ocupadas pela Cooperativa 1.ª de Malo, da Gambia, Setúbal, onde tem pedida uma reserva, é um grande agrário expropriado, inimigo natural da Reforma Agrária.

O sr. Barreiras Pontes, secretário de Estado (demitido) do Comércio e Indústria Agrícola é sobrinho do conhecido industrial e agrário Barreiras (de Barreiras & irmão), grande produtor e exportador de cortiça com várias herdades suas e de renda no Alentejo e no Ribatejo.

Finalmente o sr. Ferreira do Amaral, secretário de Estado (demitido) da Estruturação Agrária, é dirigente do PPM, antigo adjunto da dupla Barreto e Portas e um dos autores da celerada «lei Barreto» agora responsável directo no MAP pelas questões da Reforma Agrária. Este sr. que manda soltar os cães-policia da GNR contra pacíficos trabalhadores, homens, mulheres e crianças exprime a verdade política do PPM, o minúsculo partido monárquico dos grandes senhores feudais de que no passado uma parte brinçou ao antifascismo e a outra enfileirou abertamente com o regime fascista e que no momento actual põe à mostra a sua verdadeira fisionomia política e de classe profundamente reaccionária.

Estes homens têm uma responsabilidade directa no desencadeamento da onda de violências da GNR contra os trabalhadores da Reforma Agrária e nas extorsões arbitrárias de terras das UCPs em benefício dos antigos senhores do latifúndio.

Porém, as violências e extorsões na zona da Reforma Agrária não são apenas atentados de natureza política e social - são também verdadeiros crimes contra a economia nacional.

A magnífica experiência da Reforma Agrária veio mostrar, de maneira irrefutável, que Portugal pode dispor de uma agricultura florecente e progressiva, que pode arrancar do seu solo e das suas florestas o que precisa para se garantir uma base alimentar e uma base de matérias-primas de origem vegetal e florestal suficientes para nos libertar dos recursos e da tutela do estrangeiro.

Nas terras expropriadas na zona de intervenção da Reforma Agrária onde antes, para as sementeiras de Inverno, os agrários absentistas semeavam apenas uma área da ordem dos 78 000 hectares, as UCPs e Cooperativas Agrícolas semearam em 1975/76, 222 000 hectares, em 1976/77 devido às chuvas torrenciais apenas 174 000, mas de novo em 1977/78 cerca de 250 000 hectares e propõem-se semente este ano para a campanha de Inverno 1978/79 mais de 250 000 hectares. O panorama dos matagais incultos para cotadas dos grandes agrários desapareceu numa área correspondente a uma quinta parte da superfície agrícola de Portugal.

Este aumento proporcionou verdadeiros saltos na produção agro-pecuária e nas condições de vida de dezenas de milhares de trabalhadores e de pequenos agricultores.

Logo no primeiro ano a produção de cereais de Inverno saltou das 90 000 t produzidas antes pelos grandes agrários para 240 000.

A área total semeada de trigo, aveia e cevada - segundo os números fornecidos pelo INE - aumentou nos distritos da Reforma Agrária durante esse primeiro ano de 154 000 hectares (mais 24% do que a média do decénio de 1966/75) enquanto nos restantes distritos baixou de 25 000 hectares (menos 33% que a média referida).

O aumento da área cultivada e o esforço tenaz dos trabalhadores nos distritos da Reforma Agrária proporcionaram em 1976 uma produção de 947 000 toneladas daqueles cereais (mais 198 300, correspondentes a mais 26% do que 1975 e 92% da produção total do país).

Os efectivos pecuários subiram de maneira ainda mais surpreendente, a perspectiva de nos libertarmos das pesadas importações de carne e de outros produtos de origem animal surgia pela primeira vez à economia nacional como um objectivo viável a médio prazo.

Em 1976/77 as chuvas torrenciais e as sementes com fraco poder germinativo, fornecidas além disso tarde e a más horas, com objectivos nítidamente sabotadores pela equipa Barreto & Portas, provocaram importantes quebras na produção. Só no caso das sementes avalla-se em 10 000 hectares as perdas sofridas.

Seria interessante apurar o que se passou com as sementes de girassol que segundo consta iriam ser fornecidas nesse ano pelo MAP com apenas 35% do seu poder germinativo, o que só não teria ido por diante devido à intervenção resoluta de técnicos honestos do Ministério.

Com base nos êxitos alcançados as UCPs e Cooperativas da zona da Reforma Agrária, reunidas no Encontro Regional de Évora, em 23 de Setembro último, lançaram um audacioso plano de quatro anos que transformará o panorama da nossa agricultura de maneira capital se forem devidamente apoiados pelo Estado.

O aumento da área forrageira em mais 20 000 hectares de regadio elevaria a área total para 30 000 hectares nos primeiros dois anos e o seu acréscimo para mais 30 000 nos dois anos seguintes proporcionaria resultados espectaculares na produção pecuária. Mais 2 100 000 contos só na produção de leite na área regada e 760 000 contos na produção de carne bovina (aos preços de 1978) na área de sequeiro, podendo-se ainda obter mais 900 000 contos de carne ovina nos quatro anos do plano pelo aproveitamento dos pastos nas áreas florestais.

Novas culturas modificarão o fâcies produtivo da actual zona da Reforma Agrária. A cultura da beterraba sacarina, já com estudos adiantados e para a qual existem condições óptimas no Vale do Sorraia e no distrito de Beja (sem falar no Baixo-Mondego com a regularização do rio no vale do Mondego); a plantação de tabaco, cujas experiências têm dado bons resultados; o algodão, cuja cultura é adaptável aos terrenos do Sul e ainda o girassol - que possibilitaria uma drástica redução das nossas importações de oleaginosas - e culturas tradicionais como o grão-de-bico, o feijão, o tomate, o arroz, o milho para grão (de que se projecta importar 10 milhões de contos).

Claro que tais resultados só serão possíveis com uma nova visão dos problemas da agricultura e com uma nova política, uma e outra assentes na realidade económica e social da Reforma Agrária.

O Governo demitido Nobre da Costa e os partidos da direita (a abstenção do PS na votação de protesto contra as violências na zona da Reforma Agrária confirma dúvidas acerca das suas intenções) têm outra visão: a dos grandes agrários que mantêm incultas as terras, incluindo a imensa maioria das que já receberam como reservas. Essa visão latifundiária da política agrícola nacional conduziu ao agravamento da crise agrícola e, pelo seu peso, ao agravamento excepcional da crise económica do País se não encontrasse um travão que a detivesse.

A ofensiva brutal das forças da direita contra a Reforma Agrária encontra uma ajuda inesperada na acção provocatória dos aventureiros esquerdistas.

Os esquerdistas procuram atingir por caminhos falsamente revolucionários, os mesmos objectivos dos inimigos da Reforma Agrária.

Esquerdistas, particularmente da UDP, de há muito fomentam graves dificuldades à vida das UCPs. Reivindicações salariais exageradas de grupos irresponsáveis constituem uma ameaça à viabilidade económica das UCPs e Cooperativas Agrícolas. Para os esquerdistas as Unidades Colectivas de Produção tratam-se como entidades patronais. Toda a riqueza produzida pelas UCPs é propriedade dos trabalhadores. Se as reivindicações fomentadas pelos esquerdistas fossem aceites os bens colectivos delapidar-se-iam rapidamente e rapidamente também se produziria a falência da Reforma Agrária.

Na grave emergência criada pela ofensiva violenta do MAP contra os trabalhadores do Alentejo, os esquerdistas da UDP, com o repúdio total dos obreiros da Reforma Agrária, procuram acirrar os ânimos e provocar perigosos confrontos com as forças repressivas.

A luta serena e firme de milhares de trabalhadores e de pequenos agricultores contra a brutal ofensiva do Governo demitido e a solidariedade crescente e activa de todos os trabalhadores e portugueses patriotas aos heróicos obreiros da Reforma Agrária estão defendendo não apenas uma das mais belas conquistas da Revolução mas também os interesses da economia nacional.

Essa luta e solidariedade, a par de uma rápida solução da crise governativa, reconduzirão a paz aos campos da Reforma Agrária e possibilitarão o prosseguimento dos esforços patrióticos dos trabalhadores e pequenos agricultores das UCPs e Cooperativas Agrícolas para a criação de uma agricultura progressiva e próspera em Portugal. Uma certeza ressaltada da situação difícil que vivemos:

As sementes de violência lançadas nas terras de Reforma Agrária não geram trigo nem dão pão aos portugueses.

A propósito do filme sobre Delgado

1. Nos últimos dias, a imprensa reaccionária e nomeadamente «O Dia», da manhã e o «Jornal Novo», da tarde, a propósito de uma recente deliberação do Conselho de Informação para a RTP, têm vindo a insinuar que, por força de uma votação conjunta PCP-PS, teria sido impedida a projecção pela RTP de um filme sobre o general Humberto Delgado.

Com a desfaçatez e no estilo de terrorismo verbal que lhe são peculiares, também Sá Carneiro teve o despudor de afirmar no passado sábado na RTP que foi a maioria PS-PCP que impediu que os portugueses vissem o filme feito sobre o general Humberto Delgado e o seu assassinato.

2. Em ambos os casos, trata-se de uma deliberada e completa falsificação das decisões daquele Conselho e das posições que o PCP aí assumiu. Com efeito, a verdade é outra e muito diferente: - O Conselho de Informação para a RTP, na sua reunião de 11.10.78, não impediu a divulgação pela RTP de qualquer filme, pela simples e evidente razão de que a única entidade com poderes para decidir

que filmes projecta ou não projecta é a RTP, a quem cumpre assumir as responsabilidades das suas decisões, sujeitando-se depois à apreciação da opinião pública e aos juízos que, no exercício da sua competência legal, aquele Conselho de Informação decidir formular.

- Considerando que a «instauração de um inquérito» - pretendida pelo PSD - não correspondia à fase de apreciação em que o assunto se encontrava, o Conselho, mostrando o seu empenho em esclarecer devidamente o comportamento da RTP, decidiu requerer à RTP a explicação dos motivos que a levaram a cancelar a projecção do referido filme, o que, na opinião dos representantes do PCP, constitui um elemento importante para habilitar o Conselho a próximas iniciativas e tomadas de posição que o assunto eventualmente exija.

- O Conselho de Informação para a RTP apoiou ainda uma decisão da Mesa de não aceitar propostas do PSD, do CDS e da UDP reclamando o visionamento prévio pelo Conselho, do filme sobre o general Humberto Delgado, pretensão que já tinha sido, em anterior reunião

rejeitada pelo Conselho, com o fundamento inequívoco de que a aprovação de tal proposta representaria um perigosíssimo precedente de censura prévia, totalmente inaceitável e incompatível com as atribuições legais do Conselho.

3. Fica assim claro que não só aquele Conselho de Informação não caucionou de nenhuma forma a anterior decisão da RTP como reclamou legitimamente o apuramento das razões dessa atitude. Fica assim claro de igual modo a profunda hipocrisia da imprensa de direita e de Sá Carneiro ao atribuírem à votação conjunta do PCP e do PS intencões de censura que, em rigor, estavam em claramente contidas nas propostas do PPD e do CDS. Hipocrisia tanto mais reforçada quanto se tiver em conta que nos Conselhos de Informação quer o PSD quer o CDS, com o objectivo de esvaziar de conteúdo concreto a actividade daqueles órgãos, se têm oposto frequentemente à simples apreciação posterior da orientação assumida pelos órgãos de comunicado social estatizada.

Dois dos partidos que mais têm sabotado o exercício das funções normais e legais dos Conselhos são assim significativamente os mesmos que pretendiam, agora neste caso, levar o CI para a RTP a exorbitar das suas atribuições.

Lutando desde há muito pelo funcionamento regular, útil e eficaz dos Conselhos de Informação, o PCP não poderia obviamente aprovar propostas que, empurrando o CI para a RTP para procedimentos ilegais, desacreditassem a dignidade e importância das suas funções.

4. A imprensa de direita e Sá Carneiro mais uma vez mantram descaradamente. Perante este novo caso de psteniva manipulação e falsificação, pode assim a opinião pública concluir pela nenhuma confiança que devem merecer as constantes invenções e calúnias vindas da imprensa do ódio e do cheiro máximo da política de revanche antidemocrática e anticonstitucional. Lisboa, 17 de Outubro de 1978.

A SIP do PCP

A aprovação da Lei das Finanças Locais

1. A aprovação pela AR da Lei das Finanças Locais constitui um significativo acontecimento na vida da democracia portuguesa, um factor de relevante importância para a sua consolidação e um passo decisivo no caminho da completa institucionalização do novo sistema democrático de administração local consagrado na Constituição da República.

2. O novo regime de finanças locais representa indiscutivelmente, em relação à situação actualmente existente, um enorme progresso que cumpre compreender e valorizar em toda a sua vasta extensão e profundas consequências. Com efeito, com a aplicação da Lei, a indispensável e justamente reclamada autonomia

financeira das autarquias locais deixa de ser uma ficção ou uma aspiração sempre adiada, para poder passar a ser uma realidade concreta garantida pelo poder legalmente reconhecido aos órgãos autárquicos de administrar as suas receitas e gerir o seu património. Fica garantido o conhecimento prévio e em devido tempo das disponibilidades orçamentais das autarquias, assim se dotando estas da capacidade de planejar e programar, dentro dos recursos disponíveis, a resolução dos problemas mais instantes das populações, a superação de atrasos e a progressiva eliminação das carências, no quadro de uma dinamização geral da actividade das

autarquias. Substituindo-se o regime das comparticipações e subsídios da Administração Central pela entrega directa às autarquias de uma parcela das receitas do Estado, são finalmente eliminadas as possibilidades de conexadas actuações determinadas exclusivamente por razões de compadrio partidário, previnem-se práticas de desvio e abuso de poder correntes no regime fascista, efectiva-se um considerável reforço da própria democraticidade do exercício do poder local.

3. A aprovação da Lei das Finanças Locais culmina uma longa, árdua e complexa batalha política pela defesa intransigente de uma real autonomia financeira das

autarquias, pela justiça distributiva da riqueza nacional, pelo reforço da capacidade dos órgãos de poder local e nomeadamente os municípios, para resolverem parte importante dos mais graves problemas que afectam e interessam às populações locais.

Contra a resistência, a indiferença e as hesitações de outros partidos, o PCP deu, do primeiro ao último momento, uma destacada contribuição, quer na actividade do seu grupo parlamentar quer na sua acção política geral, para a aprovação da Lei das Finanças Locais que, embora consagrando ainda algumas soluções defeytuosas e erradas, contém princípios

claros e corresponde, no essencial, a uma orientação justa, positiva e democrática.

Com efeito, foi o grupo parlamentar do PCP o primeiro a apresentar na AR um Projecto de Lei das Finanças Locais; que tomou a iniciativa da discussão na generalidade dos diversos projectos apresentados; que ao longo de quase um ano participou activamente e assiduamente nos trabalhos da Comissão da AR fazendo sugestões e propostas construtivas; que procurou e garantiu o acordo para a realização de uma sessão suplementar da AR expressamente para discutir e votar a Lei das Finanças Locais e que, nps últimos dias, se empenhou activamente na

preparação do articulado final da Lei.

4. O mérito da aprovação desta Lei das Finanças Locais que prestigia as próprias instituições e o regime democrático, pertence legitimamente também às próprias autarquias locais que, em muitos casos independentemente da sua composição política, confrontadas diariamente com uma dramática situação financeira e uma inaceitável e humilhante situação de dependência da Administração Central, se bateram incansavelmente por um novo regime de finanças locais, assente em critérios claros e justos. Tal movimentação, pela sua larga expressão e diversidade, condicionou

seguramente a posição final que algumas forças políticas vieram a assumir em contraste com o seu comportamento anterior. Uma vez mais se comprovou a importância da cooperação e da unidade entre os eleitos das autarquias e da sua firme intervenção em defesa da satisfação das legítimas aspirações populares.

5. Uma vez promulgada a Lei das Finanças Locais, uma nova fase se abre para o trabalho e a luta das autarquias locais; a do seu esforço, acção e contribuição para uma correcta, eficaz e pronta aplicação da Lei, para a adaptação, na administração central e local, de estruturas e serviços às novas disposições e orientações,

para que já no ano de 1979 a aplicação da nova Lei, conjugada com a indispensável participação activa das populações na resolução dos seus próprios problemas, se possa traduzir na construção de um poder local verdadeiramente autónomo e democrático, na melhoria das condições de vida das populações, na eliminação progressiva de carências regionais e locais, no progresso e desenvolvimento de Portugal. Lisboa, 12 de Outubro de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português (Ler, na pag. 8, a declaração de voto do Grupo Parlamentar do PCP lida na AR pelo deputado Veiga de Oliveira)

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo. PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Lhreira, SARL. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705. Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto. Tel. 28938. Casa de Venda: R. da Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394. Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564. Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493. Centro Distribuidor do Alentejo: Alameda de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa. Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701. PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e impresso em Heala Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora. Tiragem média do mês de Setembro: 73 537



Encontros do PCP com a UEDS e o MDP/CDE

1. No seguimento da proposta feita em 28 de Setembro pela Comissão Política do CC do PCP a distintas forças políticas no sentido de uma análise da situação com vista a «um inventário das possibilidades reais duma solução para a crise governamental e para os grandes problemas nacionais» realizou-se a 12 de Outubro um encontro entre o PCP e a UEDS que, entretanto, respondera positivamente à proposta do PCP. 2. Integraram a delegação do PCP, Carlos Brito, Domingos Abrantes e Velgade Oliveira e a UEDS esteve representada por César Oliveira, Joel Hasse Ferreira e Femand Lopes Cardoso. 3. As duas delegações procederam a uma troca de

informações e pontos de vista sobre alguns dos mais candentes problemas nacionais, designadamente, a crise governamental e possíveis saídas para ela, a eventualidade de eleições gerais antecipadas, a situação no movimento sindical, as graves dificuldades económicas e financeiras com que o país se debate e os caminhos para a sua superação. 4. Ficou acordado entre as delegações do PCP e da UEDS o prosseguimento dos contactos entre as duas organizações, dada a manifesta utilidade de troca de informações e de pontos de vista entre todas as forças democráticas. Lisboa, 12 de Outubro de 1978

1. Em 12 de Outubro realizou-se um encontro entre delegações das Direcções do PCP e do MDP/CDE compostas por Carlos Brito, Domingos Abrantes e Alda Nogueira por parte do PCP e por José Manuel Tengarrinha, Herberto Goulart e Eduardo Pedrosa por parte do MDP/CDE. 2. Este encontro vem na sequência da proposta feita em 28 de Setembro pelo PCP a que o MDP/CDE deu resposta positiva. No decurso da reunião as duas delegações tiveram oportunidade de trocar informações e pontos de vista sobre alguns dos mais salientes aspectos que caracte-

terizam a situação política actual, abordando-se matérias como a gravidade da situação económica e financeira do país, a necessidade e urgência de serem encontradas soluções constitucionais e democráticas para a crise governamental e a eventualidade de eleições gerais antecipadas. 3. Considerando a utilidade da intensificação do diálogo entre as forças democráticas, as delegações dos dois Partidos manifestaram a disposição de prosseguir estes contactos. Lisboa, 13 de Outubro de 1978

A SIP do PCP

A Venda Militante. BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



O Secretário-Geral do PCP, durante a visita que efectuou às instalações de manutenção da TAP, acompanhado de membros da célula comunista daquela empresa, ouviu, de técnicos responsáveis, exposições sobre o trabalho que ali se desenvolve. Um trabalho complexo que exige grande soma de conhecimentos

A visita de A. Cunhal à TAP

Para uma visita às instalações da TAP, seguida de sessão de esclarecimento no refectório da empresa, ali se deslocou, na tarde de terça-feira, o camarada Álvaro Cunhal, que era esperado, à porta, por membros do secretariado de célula do Partido.

Como o próprio Secretário-Geral do PCP afirmaria, a visita, embora demorada, acompanhada pelos responsáveis dos diversos departamentos, não pôde abarcar todos os variados e complexos aspectos do vasto mundo do trabalho que é a TAP. A divisão de electrónica, a divisão de motores, o controlo de reservas foram alguns dos locais que Álvaro Cunhal teve a oportunidade de visitar e, em ambiente cordial, trocou impressões com os responsáveis, que fizeram questão de salientar não só as dificuldades do trabalho como também o alto grau de tecnologia e de conhecimentos de que é capaz o pessoal daquela empresa.

Depois de um encontro com a gerência da TAP, o Secretário-Geral do Partido Comunista Português dirigiu-se para o local da sessão de esclarecimento organizada pela célula.

Numa das alas do vasto refectório, já algumas centenas de trabalhadores aguardavam, apesar da hora adiantada. E o anúncio da abertura da sessão e da participação nela do dirigente comunista foi vibrantemente aplaudida.

A apresentar a sessão falou o camarada Melo, do Secretariado de Célula da TAP, que tomava, com outros camaradas daquele organismo um lugar na mesa que presidiu. Encontrava-se presente

tendo acompanhado a visita às instalações — o camarada José Gomes, do Sector de Transportes da DORL.

A intervenção inicial do camarada Álvaro Cunhal, que preencheu a primeira parte da sessão, daria lugar, seguidamente, a muitas perguntas, provando o interesse dos presentes em compreenderem as posições do PCP, não apenas na actual situação política, mas também em questões de política geral e, particularmente, no que se refere à atitude do Partido em relação à empresa e aos seus trabalhadores.

Começando por afirmar que o Verão de 1977 marca o início da actual crise governativa, Álvaro Cunhal esclareceu, ponto por ponto, todas as diligências e propostas do PCP, no sentido de contribuir para a resolução dos problemas com que o país se debate.

Falou também da necessidade de defender a estabilidade democrática e de manter em funcionamento os órgãos de soberania, sublinhando a contribuição dos comunistas para dotar o país de legislação que a reforce, como é o caso da recente aprovação das leis de recenseamento e eleitoral.

A posição do PCP em relação aos outros partidos representados na Assembleia da República foi

outro dos pontos abordados nessa intervenção, tendo Álvaro Cunhal esclarecido a atitude dos comunistas face à formação do Governo Nobre da Costa e às graves exorbitâncias que aquele executivo demitido tem levado a cabo, fora do limite da sua competência e atentando contra as conquistas dos trabalhadores, nomeadamente desinterpondo reservas a agrários.

Tanto no passado, como no presente continua a ser necessário um entendimento entre o PS e o PCP, Álvaro Cunhal, que advertiu dos perigos que representa para a democracia e para o próprio PS o descrédito de que esse partido é alvo por parte dos trabalhadores, quando persiste na sua política de alianças com a direita.

A finalizar a sua intervenção, o camarada afirmou que, em relação às questões políticas e sociais, do momento e do processo que continua, quem dirá a última palavra são os trabalhadores, que o povo de Portugal. E sublinhou que o PCP prossegue, desse modo, a sua política de ligação às massas, aos trabalhadores, pelo diálogo, esclarecendo, unindo todos os trabalhadores e todos os democratas, independentemente das suas convicções ideológicas.

Acrescente-se que, não obstante as pressões exercidas por certos sectores de direita dentro da empresa e de um comunicado assinado pela Comissão de Trabalhadores dando cobertura a essas pressões, a visita às instalações e a sessão de esclarecimento decorreram sem qualquer incidente.

Na Campanha dos 1200 contos o Couço dá uma ajuda a Odivelas!

Foi uma jornada de convívio, foi uma jornada de trabalho, foi, sobretudo, uma grande jornada de solidariedade, o que aconteceu no sábado, no interior e à volta do novo Centro de Trabalho de Odivelas, em construção.

E seria melhor dizer em fase de acabamento, pois que a ajuda que um grupo de camaradas, vindo do Couço, trouxe à mão-de-obra semanalmente oferecida ao Partido pelos militantes e amigos de Odivelas — que até aos serões dedicavam o seu tempo nas tarefas de erguer um novo Centro — fez avançar o trabalho quase até aos retoques finais.

Como surgiu essa ideia de trazer dos campos uma ajuda à cidade quisemos nós saber, nós que tantas vezes temos falado da solidariedade em sentido inverso. Que foi na Festa do «Avante!», disseram-nos. Amigos e camaradas que se encontraram no Jantar. Os de Odivelas falaram aos do Couço da campanha, das suas dificuldades. E logo a ajuda ficou aprazada. Foi um bulício, em frente ao Centro de Trabalho, um bulício onde se notava os gestos de profissionalismo de boa parte dos camaradas, que sabiam deitar a mão na massa e, neste caso, na argamassa.

Tinham vindo das cooperativas de construção «Progressista» e «Unidos do Couço». Rebecaram as salas. Agora é a decoração que falta. Mas que já está imaginada, disseram-nos.

E começámos nós a imaginar

No fim de contas, as ajudas em material para a construção deram para o que se imaginava fazer. E os camaradas de Odivelas até propõem a troca, por outros materiais, de alguns que lhes sobraram. Têm disponíveis telhas (portuguesa e marselesa) e viga de ferro. E já agora também

a realidade que já é o novo Centro de Trabalho. Muitos amigos têm vindo dar a sua ajuda, como o Figueira, conhecido por «o Algarvio», que veio com amigos dar uma mão. E, no que respeita a materiais, citaram-nos a oferta valiosa de uma cooperativa de comunicações e electricidade, a Citofone, que apetrechou de intercomunicadores as salas de trabalho.

Um aparelho de TV, com 2.º canal, também não ficaria mal nas novas instalações do Centro de Trabalho de Odivelas...

A organização das mulheres estava lá. Neste sábado organizou o almoço, iscas e vinho do Ribatejo, para os que buliam. E até os Pioneiros não ficaram alheios aos esforços. E pensam que uma sala há-de ser para eles...



Não houve mãos a medir naquele sábado. Camaradas e amigos do Partido, do Couço ou de Odivelas, juntaram-se nas tarefas para a preparação do novo Centro proposto. Num trabalho que reforça o PCP e lhe proporciona uma maior ligação às massas

Comunistas da Graça reuniram a 1.ª Assembleia

Reuniram-se, no passado domingo, numa das salas de «A Voz do Operário», os delegados à 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Graça, 1.ª Zona do C.L.L. Aproveitando que foi o Regulamento e eleitos os órgãos da Assembleia, a Mesa ficou constituída pelos camaradas Vítor Castro, do C.L.L., João Dias Coelho e Orlando Clara, do Organismo de Direcção da 1.ª Zona, Alberto Gomes Henriques e José Sequeira, do Secretariado do Sector e ainda de membros da Comissão de Freguesia cessante e da célula da freguesia.

Toda a parte da manhã foi ocupada com a leitura dos relatórios específicos. O camarada Zêzere de Carvalho falou de Aularquias; Rui de Oliveira, de Movimento Popular de Massas; o Recrutamento foi o novo tema abordado por Zêzere de Carvalho; a Informação e Propaganda foi objecto de uma intervenção da camarada Aida Alves; falou seguidamente José Sardinha, sobre Política Financeira; Lurdes Roque sobre Mulheres; os relatórios da Comissão Eleitoral e da Comissão de Redacção foram apresentados respectivamente pelos camaradas José Sardinha e Cristina Fernandes.

Seguiu-se a aprovação do Relatório de Actividades e Proposta de Trabalho Futuro, que não recebeu emendas da parte dos delegados. Estes viram, na parte da tarde, a eleger a nova Comissão de Freguesia. Após outro intervalo, o novo organismo dirigente foi apresentado em sessão aberta, tendo intervido o camarada Jorge Cordeiro, do Secretariado do Comité Local de Lisboa. Finalmente organizou-se um convívio. No Cantinho Livre tomaram parte os Pioneiros de São Bernardo. Um diaporama, «As Portas que Abril Abriu», veio encerrar esta jornada solene dos comunistas da freguesia da Graça, caracterizada pelo entusiasmo e a confiança.

UJC e UEC saúdam Conferência da JMPLA

Convocada com o objectivo de transformar a JMPLA numa organização de massas e na organização juvenil do Partido, iniciou-se ontem e terminará no dia 21, em Luanda, a 1.ª Conferência da JMPLA. Convidada a estar presente, a UJC estará representada nesta importante iniciativa pelo camarada Horácio Rufino, membro da Comissão Executiva da UJC e membro do Comité Central do PCP. Entretanto, a UJC e a UEC, organizações da Juventude Comunista, enviaram à Conferência uma saudação calorosa, em que se afirma a determinado passo: «Estamos certos que os trabalhos e resoluções desta Conferência constituirão mais um passo em frente na luta da juventude e de todo o povo angolano pela construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, de uma pátria socialista.

Cumprindo a orientação traçada pelo I Congresso do MPLA — Partido do Trabalho, de transformar a JMPLA de organização de massas em organismo juvenil do Partido, a JMPLA — Juventude do Partido, mobilizando os jovens para as tarefas da Reconstrução Nacional e da Defesa Popular e educando-os nos ideais do Socialismo Científico, continuará dando a sua contribuição decisiva para novas vitórias e sucessos do Povo Angolano. Tal como no passado, em que a juventude angolana participava activamente na Luta de Libertação Nacional contra o colonialismo português, na qual caiu o Herói da Juventude Angolana, Hoji Ya Herida, como depois durante a 2.ª Guerra de Libertação, contra os fanflocos aliados aos racistas sul-africanos e ao imperialismo, a juventude comunista portuguesa, a juventude democrática e progressista portuguesa continuarão a manter-se firmemente solidárias com a juventude angolana.

E a saudação conclui: «Uma vez mais os desejamos os maiores êxitos nos trabalhos da vossa Conferência Nacional! Uma vez mais nos reafirmamos a nossa inteira solidariedade na luta que travais pela construção duma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, livre das ameaças e acções agressivas do imperialismo e dos seus lacaios. Estamos certos que não deixarão de se reforçar a cooperação e a solidariedade entre as nossas organizações, exprimindo os laços de amizade que unem os nossos dois Partidos e os nossos Povos.

— Viva a Conferência da JMPLA — Juventude do Partido! — Viva a amizade entre a JMPLA — Juventude do Partido e a UJC e a UEC! — Viva a amizade entre as jovens gerações Angolana e Portuguesa!

Delegação de estudo visitou a Bulgária

A convite do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, visitou a República Popular da Bulgária, entre 5. e 12 de Outubro, uma delegação de estudo do Partido Comunista Português de técnicos do viticultura e vinicultura. Durante a visita, que teve lugar no quadro das fraternais relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Búlgaro e o Partido Comunista Português, a delegação, que foi acompanhada pelo camarada Dimitar Koinatov, membro do Comité Cen-

tral e do Departamento de Agricultura do CC do PCB, foi recebida pelo camarada Angel Bobokov, responsável deste departamento, e ainda pelo camarada Milan Milanov, vice-responsável do Departamento de Relações Internacionais do CC e por responsáveis dos Comités Regionais do PCB dos distritos de Burgas, Plevna e V. Timovo.

A delegação visitou diversas fábricas de vinhos, bem como Institutos de investigação científica de viticultura e vinicultura.

Camaradas húngaros no distrito de Leiria

Entre 11 e 15 de Outubro, visitou o distrito de Leiria uma delegação do Partido Socialista Operário Húngaro do distrito de Nograd, dirigida por János Gécz, membro do Comité Central e Primeiro-Secretário do Comité do PSOH daquele distrito e ainda integrada por István Szabó, Primeiro-Secretário do Comité do PSOH do concelho de Salgotánján, András Hegedus, Secretário do PSOH da Cooperativa Agrícola de Orhalom e István Sess.

Durante a sua estadia em Portugal, que teve lugar no quadro da cooperação estabelecida entre a Direcção Distrital de Leiria do PCP e a Direcção Distrital de Nograd do PSOH, a delegação foi recebida por delegações da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo e da Comissão Distrital de Leiria do PCP e visitou os concelhos de Leiria, Marinha Grande, Caldas da Rainha, Peniche, Nazaré e Óbidos, onde teve encontros com operários, camponeses, pescadores, dirigentes sindicais e resistentes

antifascistas. Na Marinha Grande, onde foi recebida na Câmara Municipal, a delegação distrital de Nograd do PSOH participou num espectáculo de amizade que teve lugar no Teatro Stephens daquela vila, em que intervieram János Gécz e Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Em Lisboa, a delegação húngara foi recebida por uma delegação do PCP composta por Sérgio

Vilariques, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Intermunicipal e Osvaldo Castro, membro suplente do CC.

A delegação do PSOH teve oportunidade de tomar conhecimento directo da realidade portuguesa bem como da actividade e das experiências das organizações do PCP do distrito de Leiria, tendo a sua visita

contribuído para um melhor conhecimento recíproco e para o estreitamento dos laços de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Operário Húngaro.

Lisboa, 16 de Outubro de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português



Os camaradas do Partido Socialista Operário da Hungria (à direita) durante o encontro na sede do PCP com uma delegação chefiada pelo camarada Sérgio Vilariques

Cadaval e Lourinhã

Convocam-se os Amigos naturais dos concelhos de Cadaval e Lourinhã e residentes na área do distrito de Lisboa para uma reunião a efectuar dia 26 de Outubro de

1978, às 21 horas, no CT da Soeiro Pereira Gomes, a fim de serem tratados assuntos relacionados com estes concelhos.

Agenda

- Dia 19, Quinta-feira**
Montijo, às 21 horas, no Centro de Trabalho, projecção de um filme.
- Dia 20, Sexta-feira**
Oihão, às 21.30, reunião geral de militantes e simpatizantes, com a presença da camarada Emília Rodrigues, da Comissão Executiva da DORAL.
- Dia 21, Sábado**
Cascais, às 21 horas, no Centro de Trabalho, colóquio sobre desporto de massas e projecção do filme «As Spartakiadas». ● **Gouveia**, às 20.30, plenário dos camaradas dos Lanfícios, no salão do Centro Republicano Botta Machado, com o camarada José Bernardino, do Comité Central. ● **Ferreira do Alentejo**, às 16 horas, sessão de esclarecimento com os camaradas João Honrado e José Luís Armáxa. ● **Sacavém**, às 21.30, sessão de esclarecimento promovida pela UJC, com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.
- Dia 22, Domingo**
Évora, às 15 horas, início com o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido, junto ao Templo de Diana. ● **Cartaxo**, às 21 horas, sessão de esclarecimento com a camarada Alda Nogueira, do Comité Central, na Casa do Povo. ● **Montijo**, às 16 horas, no Centro de Trabalho, projecção de um filme. ● **Beja**, no Centro de Trabalho, a partir das 10.30, reunião de quadros das autarquias do distrito de Beja.

Comunistas italianos visitaram o nosso País

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou o nosso país, entre 10 e 15 de Outubro, uma delegação de estudo do Partido Comunista Italiano, para troca de experiências no campo económico dirigida pelo camarada Ignio Arfemma, membro do Comité Central e vice-responsável da Secção de Trabalho e Economia do CC do PCI e da qual faziam parte os camaradas Lina Fibbi, do CC e da Secção de Política Externa do CC e os camaradas Pascoale Mannino, membro do CC e responsável dos problemas económicos do Secretariado Regional da Sicília, Luigi Corbani e Franco Cantelli, responsáveis dos problemas económicos respectivamente do Secretariado da Federação de Milão, e do Secretariado Regional da Toscana.

A delegação do Partido Comunista Italiano teve reuniões de trabalho com uma delegação do Partido Comunista Português dirigida pelo camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e integrada pelos camaradas do Comité Central Albano Nunes, Margarida Targarinha e Carlos Carvalhas e pelo camarada

Octávio Teixeira, economista, e foi recebida pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido. Durante a sua estadia, a delegação do PCI foi recebida em Lisboa, Barreiro e Évora por delegações do Partido das Direcções das Organizações Regionais de Lisboa, Setúbal e Alentejo, dirigidas respectivamente pelos camaradas Carlos Abaim Inglês, do CC, Jaime Serra e António Garvário, da Comissão Política do CC.

A delegação teve também encontros de trabalho com economistas, técnicos e dirigentes sindicais comunistas, bem como com camaradas ligados ao trabalho compositos. Tomou ainda conhecimento directo de alguns aspectos da actual situação económica e social do nosso país, através de visitas realizadas à Petrolgal, Quimigal e Lusol-Italiana, onde foi recebida pelos trabalhadores e por elementos dos órgãos directivos das empresas, e à Unidade Colectiva de Produção

«1.º de Maio», em Avis. A visita da delegação proporcionou uma ampla troca de opiniões e de experiências entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Italiano e decorreu num ambiente caloroso e fraternal, que caracteriza as relações existentes entre os dois partidos.

Lisboa, 16 de Outubro de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português



Os camaradas do PCI durante o encontro com o camarada Álvaro Cunhal

O PC da Jordânia saúda a Festa do Avante!

Os colectivos do «Al-Jamahir», órgão central do Partido Comunista da Jordânia, e do «Al Wattan» órgão da Organização Comunista da Palestina na Margem Oeste (o ramo do nosso Partido nos territórios ocupados), têm o prazer de vos transmitir os melhores cumprimentos e fraternais saudações por ocasião da extraordinária Festa anual do «Avante!».

Queridos camaradas, ao mesmo tempo que nos congratulamos com a festa anual do «Avante!», reconhecemos, com alto apreço, a solidariedade internacional do Partido Comunista Português e do seu órgão central, o «Avante!» para com a justa luta dos nossos povos árabes, contra a ocupação israelita e pela concretização dos legítimos direitos do nosso povo árabe-palestino, incluindo o direito a um Estado independente.

Uma vez mais, queiram aceitar as nossas fraternais saudações.

Viva a Festa anual do «Avante!»
Viva o Partido Comunista Português!
Viva o internacionalismo proletário e o Comunismo!
Viva a paz no Mundo!

Partido Comunista da Jordânia

CAMARADAS FALECIDOS

ROSALINDA FERREIRA DA SILVA — Vítima de doença cardíaca, faleceu a camarada Rosalinda Ferreira da Silva, que era operária têxtil e trabalhava na «Sociedade Têxtil da Balona».

na Barragem de Alqueva, faleceu no passado dia 23 de Setembro o camarada Henrique Gonçalves, com 26 anos de idade, que pertencia à organização local de Penedo Gordo do PCP.

JOSÉ TAVARES VELOSO — Operário metalúrgico, membro da Célula da empresa «Júlio Macedo» Barreiro, faleceu naquela vila o camarada José Tavares Veloso.

SILVÉRIO DE FREITAS — Com 73 anos de idade, reformado da construção civil, faleceu em Vila Nova de Famalicão, onde vivia, o camarada Silvério de Freitas, velho comunista que foi, na clandestinidade, um dos distribuidores do «Avante!».

HENRIQUE MANUEL CABRITA GONÇALVES — De acidente

temas da situação política actual durante uma sessão de esclarecimento que se verificou no cine-teatro «Joaquim de Almeida», no Montijo, na passada 2.ª feira. A sessão, promovida pela Comissão Concelhia, teve a participação de cerca de 250 pessoas que, no final, por unanimidade e aclamação, aprovaram uma moção em que se repudia todas as acções do governo destituído, na área da Reforma Agrária e nas desintervenção efectuada. A moção apia, por outro lado, os trabalhadores da Reforma Agrária e os operários das empresas de desintervenção mencionadas na sua luta em defesa dos seus interesses e das Conquistas de Abril.

Actividades do Partido

- **Vitor Louro em Coruche** — Nos dias 13 e 14 do corrente, o camarada Vitor Louro, deputado do PCP, visitou, no concelho de Coruche, algumas Unidades Colectivas de Produção, onde teve a oportunidade de conversar com os operários agrícolas. Contactou também com os problemas das autarquias e orientou uma sessão de esclarecimento que reuniu cerca de um milhar de pessoas. Participou ainda numa reunião com pequenos e médios agricultores daquele concelho.
- **Joaquim Gomes no Montijo** — O camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Partido, falou dos

Semana

11 Quarta-feira

1839 — Morre em Lisboa, com 89 anos, D. Leonor de Almeida, marquesa de Alorna, destacada poeta e pintora do seu tempo.

O grupo parlamentar do Partido Socialista decide indicar o nome do deputado socialista Teófilo Carvalho dos Santos para candidato à presidência da Assembleia da República, sucedendo ao dr. Vasco da Gama Fernandes. ■ A GNR, cumprindo ordens do MAP, volta ao Alentejo para devolver terras das UCPs e cooperativas agrícolas. Os trabalhadores agrícolas protestam contra o regresso à política repressiva iniciada por Barreto e Portas e que durante o II Governo fora abolida. ■ Segundo o Instituto Nacional de Estatística o consumo de azeite diminuiu, drasticamente, no passado mês de Junho, nos distritos do Norte do país. ■ Os trabalhadores do curtumes paralisam a produção exigindo aumento salarial. ■ O patrão da Real Vinícola, recentemente desinvençãoada, após despedir mais de uma dezena de trabalhadores dá emprego a diversos «gorilas». ■ Entra em vigor a lei que proíbe as organizações que perfilhem uma ideologia fascista. ■ O Presidente da República recebe delegações do PCP e do CDS no prosseguimento dos contactos que visam resolver a crise governamental. ■ A direcção do «Diário de Notícias», num comunicado publicado, insurge-se contra a readmissão dos jornalistas suspensos após o 25 de Novembro.

12 Quinta-feira

1890 — Nasce o compositor e maestro Luís de Freitas Branco.

No prosseguimento dos contactos com os partidos, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe as delegações do PPD e do PS. ■ O Presidente da República dá posse ao vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, almirante Souto Cruz. ■ No seguimento da proposta de encontros bilaterais feita pela Comissão Política do PCP reúnem-se as delegações deste partido e da UEDS. ■ Cenas de violência registam-se em Seda, concelho de Alter do Chão, onde a GNR procede à entrega de uma reserva ao agrário Rui Borges, dirigente local da CAP. ■ A propósito das próximas eleições para a autarquia de Évora, o CDS local revela que as demissões dos vereadores do PS e do PPD foi levada a cabo «na expectativa de que uma coligação de forças democráticas permitia infligir uma importante derrota à hegemonia comunista no Alentejo». ■ Segundo o Serviço Nacional de Emprego estavam registados naquele departamento, no fim de Agosto, 282 463 trabalhadores desempregados, o registo mais elevado conhecido, oficialmente, até hoje.

13 Sexta-feira

1975 — O VI Governo Provisório decreta fortes medidas de austeridade.

Cumprindo as determinações do MAP, a GNR ocupa a sede social da UCP «Estrela Negra», em Sousel. Forças da GNR carregaram à bastonada sobre os trabalhadores agrícolas, os quais são também mordidos por cães-policiais. ■ Prossegue o julgamento dos assassinos do general Humberto Delgado. ■ Trabalhadores da «Messa» concentram-se junto ao Ministério da Indústria e Tecnologia exigindo a aplicação dos acordos assinados com o II Governo. ■ No regresso da Jugoslávia, durante uma escala de quatro horas em Lisboa, o presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, avista-se com o general Ramalho Eanes, no Forte de S. Julião da Barra. ■ O núcleo do PS no «Diário de Notícias» insurge-se contra a readmissão dos jornalistas suspensos em 25 de Novembro. ■ Os trabalhadores da Empresa Pública Notícias-Capital concentram-se junto das instalações da administração exigindo a «unificação salarial e rectificação de categorias».

14 Sábado

1874 — Nasce em Matlame, Vila Nova de Gaia, o escultor António Soares dos Reis.

Na Televisão, os representantes dos quatro principais partidos representantes na Assembleia da República expõem as suas posições em relação à presente crise governamental. A iniciativa, realizada por sugestão da Presidência da República, contou com a participação de Octávio Pato, do PCP, Freitas do Amaral, do CDS, Sá Carneiro, do PPD e Jaime Gama, do PS. ■ Durante um comício realizado em Viana do Castelo, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, declara que «se o Governo insistir em exorbitar encontrará firme oposição do PCP». ■ Mantém-se o clima de repressão desencadeado pelo MAP no Alentejo onde a GNR faz a entrega de mais reservas. ■ O Presidente da República inaugura a Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa. ■ Um comunicado da UEC alerta para o plano de divisão do movimento associativo estudantil encetada pela JSD.

15 Domingo

1726 — Auto de fé na Igreja de S. Domingos, no qual é penitenciado o célebre poeta e dramaturgo António José da Silva, o «Judeu».

Em Tróia, encerra o encontro dos 1800 sindicalistas socialistas. No encontro é aprovada a «necessidade do desenvolvimento imediato das acções conducentes à constituição de uma União Geral de Trabalhadores (UGT)». no discurso de encerramento Mário Soares, congratulando-se com a criação da central sindical paralela, classifica o dia como «histórico». ■ Num comício na Quinta da Matinha, em Queluz, o presidente do PPD, Sá Carneiro afirma que o PPD «não participa num qualquer governo». ■ Em Beja, os trabalhadores agrícolas reunidos em plenário exigem do Governo apoio técnico e financeiro, aumento e garantia de preços e escoamento dos produtos das UCPs, das cooperativas e dos pequenos e médios agricultores, bem como o «fim da entrega indiscriminada de terras aos grandes agrários». ■ O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participa numa sessão de esclarecimento em Gondomar. ■ Os trabalhadores da Real Vinícola reunidos em plenário aprovam uma proposta em que mandam os sindicatos para declarar a greve caso se mantenha a situação repressiva na empresa.

16 Segunda-feira

1942 — Os camponeses e a população de Ul, Oliveira de Azeméis, revoltam-se contra o envio de farinha da região para a Alemanha nazí.

A população de Cuba manifesta-se contra a política repressiva do MAP. ■ Em Cujancas de Cima, a GNR, no cumprimento da política de desintervenção agrícola do MAP, prende dois dirigentes sindicais. Doze pessoas ficam feridas. ■ A abertura das aulas não se verifica em todas as escolas do ensino secundário ao contrário da intensiva expressa pelo MEC. ■ Satisfeitos as suas reivindicações, os trabalhadores da barragem do Poal regressam ao trabalho. ■ O Partido Socialista decide processar criminalmente o jornal «O Dia» pela publicação de um artigo que considera «gravemente difamatório». ■ A Assembleia Municipal do Porto exige um inquérito aos serviços municipalizados por suspeitas de iniquidade à luz formada à cidade. ■ As Comissões de Trabalhadores da Metalurgia Durante Ferreira denunciam o boicote do Governo e da Banca nacionalizada no intuito de asfixiar a empresa. ■ As Unões de Agricultores de Lafões, Vouzela e Oliveira de Frades protestam contra o pagamento da «taxa do vinho».

17 Terça-feira

1974 — O general Costa Gomes é o primeiro chefe de Estado português a discursar na Assembleia Geral da ONU.

A administração dos Cabos Avila encerra os portões da fábrica impedindo a entrada dos 800 trabalhadores em greve. ■ Depois de ouvir a Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução considera constitucional a Lei do Recenseamento Eleitoral. ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, participa numa sessão de esclarecimento promovida pela célula do PCP, na TAP. ■ Começam no Luxemburgo as negociações de adesão de Portugal à CEE. ■ A Assembleia da República inicia a sua terceira sessão legislativa. A Reforma Agrária e a política repressiva do Governo demitido são o tema central dos debates. ■ Nomeado oficialmente presidente do Supremo Tribunal Militar, Galvão de Figueiredo é promovido a general de quatro estrelas. ■ A Confederação Nacional da Agricultura reclama, de novo, ao Governo a concretização do seguro nacional agro-pecuário.

Os Comunistas na Assembleia da República

Deputados elegem hoje Presidente da AR

Os deputados ocuparam todo o tempo de trabalhos exclusivamente com o período de antes da ordem do dia, deixando para hoje a eleição do Presidente da Assembleia da República e a discussão de dois diplomas. Quanto à questão da Presidência da Assembleia, e apesar de no decorrer de toda a sessão se ter criado expectativa sobre a possibilidade de apresentação de mais de uma candidatura, o que é certo é que até ao encerramento dos trabalhos, cerca das 21 horas, apenas uma candidatura tinha dado entrada na Mesa: a patrocinada pelo PS e que propõe para aquela importante função do Estado democrático o deputado socialista Teófilo Carvalho dos Santos. Entretanto, dos sete votos apresentados ao plenário, apenas cinco foram aprovados: um relativo à cidade de Chaves, apresentado pelo PSD; outro referente aos 40 anos de actividade do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, apresentado por Lopes Cardoso; um terceiro sobre a eleição do novo Papa João Paulo II, novamente apresentado pelo PSD; ainda outro voto do PSD sobre

o estabelecimento da pena de morte na República Popular de Angola; e, finalmente, um do PS condenando a ditadura de Anastasio Somoza e apoiando a luta do povo da Nicarágua. Um voto relativo à situação na zona da Reforma Agrária, apresentado por Acácio Barreiros, e um outro sobre a exorbitância de funções por parte do Governo de Nobre da Costa, apresentado por Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, viriam a ser rejeitados pelos votos convergentes do PPD e do CDS, com a abstenção do PS e o voto favorável dos comunistas. Aliás, estas duas questões de extrema gravidade na situação política nacional constituíram o pano de fundo da intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, ao encerrar a sessão da passada terça-feira e no termo da série de declarações políticas então proferidas pelos diversos líderes parlamentares (Ver em **Intervenções**). Os deputados comunistas, de acordo aliás com os termos da declaração política, votariam favoravelmente estes dois votos de protesto. Por sua vez, causou uma certa perplexidade o facto de os deputados socialistas se terem absterido e, nas respectivas declarações de voto, terem emitido um conjunto de opiniões que, para alguém que não tivesse assistido às votações, facilmente poderiam passar por declarações justificando a concordância com o teor dos votos de protesto. Quanto ao voto aprovado em que se condena a decisão de estabelecimento da pena de morte na República Popular de Angola, há que salientar que apenas os votos dos proponentes — os deputados do PPD — acrescentados aos dos deputados independentes e ao de Vasco da Gama Fernandes, lhe foram favoráveis, uma vez que os deputados dos restantes partidos se absteram. Na sua discussão, o deputado comunista Vital Moreira teve oportunidade de classificá-lo como um acto de provocação e de hipocrisia. Também não passou despercebido o facto de, no texto do voto aprovado, a República Popular de Angola ser designada como Estado de Angola — precisamente o nome com que Marcelo Caetano e a Assembleia fascista procuravam disfarçar um colonialismo já moribundo. As declarações políticas

Segundo as pisadas de Medeiros, Barreto renunciou, também com discurso. Houve quem comentasse: «Que bem que faz este político». E houve quem retorquisse: «Mas é preciso estudar muito, é preciso ter frequentado os bons colégios da Suíça...»

Um deputado do CDS, o conhecido «templão» Cunha Simões, entendeu fazer uma declaração à Assembleia: avisar que não gostava mesmo nada do vermelho. E para que não ficassem dúvidas, logo acrescentou, naquele tom civilizado que costuma pôr em todas as suas intervenções: «Vermelho, para mim, só o tinto do Cartaxo». Foi o que se chama um acrescento desnecessário.

Amaro da Costa, a propósito dos votos apresentados no período de antes da ordem do dia, avisou solenemente que o CDS iria regressar às origens, isto é, que não mais votaria qualquer texto relativo a países estrangeiros. Isto, por parte de um partido que conseguiu introduzir no II Governo de Mário Soares um militante seu, responsável pelos Negócios Estrangeiros. Com efeito, com altitudes destas, o CDS vai, cada vez mais, regressando às suas verdadeiras origens; não falta muito para passar ao «orgulhosamente sós», tão caro a Salazar, a Caetano e a Franco Nogueira.

Há jornalistas que prestam serviço na Assembleia com assiduidade. Há directores de jornais que por lá aparecem de vez em quando. Um desses é Sousa Tavares, da «Capital», que obviamente tinha que escutar, em directo, atento, o discurso de Barreto. É que em questões de «gritos na floresta», os bons gritadores sempre se encontram.

Intervenções

«A ofensiva deve parar! O Governo exorbitou, as suas decisões devem ser revogadas!»

Após quase dois meses de actividade praticamente ininterrupta, ocupados pelos períodos das sessões suplementares e pelo debate do Programa do Governo, a Assembleia da República abre hoje, para o início da terceira sessão legislativa. Embora alcançados os objectivos que levaram à convocação das sessões suplementares, não restam dúvidas de que a situação política em que a Assembleia da República inicia a sua actividade normal é ainda mais complexa do que aquela que existia à data do encerramento da segunda sessão legislativa, em 15 de Junho. Com efeito, há praticamente três meses que o País não possui um governo na plenitude das suas competências; a agravar esta circunstância, o Governo demitido que constitucionalmente deveria assegurar a gestão dos assuntos correntes, exorbita escandalosamente os limites da sua competência, e a entrega de actos que lesam profundamente os interesses dos trabalhadores e da economia nacional. A crise governamental está largamente caracte-

rizada pelo PCP. Ela exprime com grande clareza as consequências nefastas das alianças encapaladas de direita e da coligação de direita que constituíram as soluções governativas dos últimos dois anos e a política de recuperação capitalista por elas realizadas. Os resultados desastrosos dos últimos dois anos de governação aliás são de atestar que não prestam tais alianças, que não servem tais soluções, que essa política conduz ao desastre. Subida assustadora dos preços, congelamento dos salários, aumento do desemprego, estagnação da economia com graves dificuldades do crédito, multiplicação das falências, aumento do endividamento externo, enfundamento ao imperialismo com a cedência às imposições dos seus agentes do FMI — são alguns traços escarecedores e que o povo português sente duramente na carne. Acentua-se nesta situação a gravidade do prolongamento da crise e os reais perigos para a democracia e as instituições. Facilmente se compreende que os verdadeiros causadores da crise — as forças reaccionistas derrotadas pelo 25 de Abril — se manchem apontadas no seu prolongamento e agudização. Ao contrário, procuram superar rapidamente a crise as forças democráticas e todos aqueles que estão interessados na defesa e consolidação da democracia. O PCP assim tem procurado acordos interpartidários que pudessem levar à formação de um governo dentro da primeira das alternativas apresentadas pelo Presidente da República, quer ainda, dentro do mesmo objectivo, propondo encontros com partidos com quem tem lido até agora relações normais e mesmo com outros partidos que têm para com o PCP uma posição de reserva ou mesmo de hostilidade. Esta atitude demonstra mais uma vez que ao contrário de outros, o PCP não se furta a assumir as suas responsabilidades, não podendo deixar de se sublinhar aqui o expediente utilizado pela direita para obter o prolongamento e aprofundamento da crise. Explorando

pro conceitos e simulando apoios internacionais, procura, numa primeira fase, teorizar a discriminação dos comunistas, para, logo a seguir, procurar discriminar o PS, e não só, da solução governativa. 5.º — não resolve nenhum dos problemas de gestão corrente que estão na esfera da sua competência. Estes cinco traços negros é que traduzem a parte essencial da falhada «competência» de gestão do Governo demitido e confirmam a ilegitimidade da sua actuação e a necessidade de rapidamente o substituir. A ofensiva deve parar! O Governo exorbitou, as suas decisões devem ser revogadas, a ordem constitucional deve ser restaurada. A tratar-se de um governo na plenitude dos seus poderes, os actos ilegais e arbitrários da responsabilidade do MAP não deixariam de acarrear que (no exercício dos nossos poderes constitucionais e regimentais de fiscalização da actividade governamental) provocássemos uma intervenção, que culminaria, naturalmente, com uma moção de censura ao governo responsável por tal política. Ora não pode um governo demitido, pela natureza dos actos que pratique, colocar-se em situação tal que suscite — se não fosse o governo demitido, a acção do povo português — e a legalidade democrática. A verificar-se tal caso — e ele verifica-se neste preciso momento — estaríamos (e estamos) perante uma situação de claro abuso de poder. (...) A Assembleia da República não poderá aceitar que qualquer ministro demitido se arrogue (e imponha na prática) um estatuto que nenhum ministro de um governo com plenitude de poderes detém. A Assembleia da República não pode permitir que se dilua e consolide a ideia de que os ministros demitidos gozam do privilégio da irresponsabilidade podendo, ao abrigo dela, dar execução a um Programa rejeitado. Perante a situação de facto criada de um ministro de um governo demitido ignorar aciosamente os limites do seu poder de gestão corrente e abusar flagrantemente da sua competência, a Assembleia da República não pode deixar de considerar a intervenção das forças democráticas dos seus actos. O PCP propõe que a Assembleia da República considere e chamada do MAP a perguntas perante o plenário desta Assembleia. O PCP propõe que o mesmo procedimento seja encarado em relação a outros ministros envolvidos em actuações igualmente arbitrárias. (...) É ou não verdade que o MAP, na recente marcação e devolução de reservas, ignorou a vontade dos interesses dos trabalhadores directamente afectados por tais medidas? Porque é que esses trabalhadores não foram ouvidos? Porque é que foi recusada a salvaguarda dos seus interesses e direitos? Porque é que não ficou sequer garantida a indemnização dos investimentos que realizaram? Porque é que não lhes foi entregue, através de novas expropriações, a terra que agora se lhes pretende tirar? Como vai o MAP garantir postos de trabalho para aqueles que agora pretende lançar no desemprego? (...) É ou não verdade que foram utilizados na

Ensino: as consequências da incompetência

o exemplo da «reestruturação» imposta por Cardia às Faculdades de Letras

No início de mais um ano escolar, muitos são os problemas e as dificuldades que surgem. Os principais atingidos são, como é natural, todos os professores, estudantes, órgãos de gestão e direcção dos estabelecimentos de ensino, encarregados de educação, todos os que, de uma forma ou outra, estão ligados à vida escolar. Parte desses problemas estão directamente relacionados com a profunda crise e desorganização que vêm marcando o funcionamento dos serviços responsáveis pelo ensino, a par de uma grave desarticulação entre a escola e a vida, entre a preparação teórica e a realidade social e económica do País. E se esses problemas assumem hoje uma maior gravidade isso deve-se, sem dúvida, à política desastrosa, incompetente e autoritária que norteou o Ministério da Educação ao longo do I e II Governos Constitucionais (o primeiro do PS sozinho, o segundo da coligação PS/CDS). As consequências da orientação antidemocrática do ministro Cardia não desapareceram com a sua saída do Governo. Estão ali e bem à vista. Como resultado de uma política desligada da realidade, que desprezou constantemente o diálogo com as organizações representativas dos professores e estudantes, vieram as consequências da má estruturação inicial do Ano Propedéutico (nos últimos exames foram aprovados quase 80 por cento dos candidatos) e do «numerus

clausus» (que chegam a motivar situações como esta: o «numerus clausus» para este ano permitiu a entrada na Universidade de 11 735 alunos, no entanto só cerca de cinco mil conseguiram aprovação no «propedéutico»). Mas há mais. A forma incorrecta como se reformulou o ensino secundário (programas e critérios de avaliação), a deficiente política de construções escolares (há milhares de alunos do ensino preparatório e secundário inscritos em escolas cujas obras de construção ou ampliação ainda estão muito atrasadas), o desprezo pelos justos direitos dos professores, (condenando muitos deles ao desemprego), para já não relembrar a burocratização sem limites dos serviços do Ministério são também outras das «marcas» deixadas pela presença de Sottomayor Cardia no Ministério da Educação. Um exemplo Um dos exemplos mais significativos dos graves problemas originados por aquela política antidemocrática e anti-pedagógica é o da «reestruturação» das Faculdades de Letras. «Esquecendo» que a participação dos estudantes e docentes da Universidade é absolutamente necessária para a correcta (e urgente) reestruturação do ensino superior, o dr. Cardia fez publicar em 31 de Maio passado, (quase no fim do ano lectivo) o Decreto 53/78, pelo qual é extinto o grau de bacharelato (concedido ao fim de três anos de curso), passando a licenciatura de cinco para quatro anos. O referido decreto estabelece ainda uma nova distribuição curricular com a criação de novas disciplinas e o desaparecimento de outras. A inclusão de novas cadeiras conduz, por exemplo, a situações como esta: institui-se para o 1.º ano do curso de História a cadeira de «Matemática das Ciências Sociais», para a qual não existem professores preparados em Portugal. Um tal plano de «reestruturação» devia ter sido elaborado em harmonia com as propostas positivas e construtivas das organizações democráticas e representativas dos estudantes e professores, o que, na verdade, não aconteceu. Aliás, o MEC de Cardia ignorou por completo as propostas apresentadas por uma comissão constituída por representantes dos Conselhos Científicos das três Faculdades de Letras do País (Lisboa, Porto e Coimbra). Entretanto, o que é que se passa nestes estabelecimentos de ensino? Estamos a chegar ao fim de Outubro e continua a reinar nas Faculdades de Letras um ambiente de total confusão e indefinição quanto ao futuro imediato dos seus alunos e professores. No início do mês realizaram-se inscrições a título provisório, que nada têm a ver com as matrículas (definitivas). Os alunos que se dirigem aos respectivos departamentos ou reitorias daquelas Faculdades recebem sempre a mesma resposta: «Ainda não se sabe nada...».

Caso o Decreto 53/78 seja aplicado, o futuro escolar e profissional de milhares de alunos fica gravemente comprometido. E que esse decreto fala de efeitos retroactivos, tendo, entretanto, sido publicado em Agosto passado um despacho ministerial (204/78) em que se sublinha que as alterações impostas por Cardia são extensivas a todos os anos dos cursos de Letras. Assim, é caso para perguntar: o que é que vai acontecer aos alunos que obtiveram o bacharelato no passado ano lectivo? O diploma continua a vigorar mantendo a possibilidade das saídas profissionais? E os alunos que concluíram o 4.º ano e que deviam segundo o plano anterior de estudos, inscrever-se no 5.º ano? Estes alunos já ficam licenciados (de acordo com a «reestruturação» de Cardia)? O que vai acontecer aos alunos dos outros anos? Terão de fazer cadeiras novas? Assim, em quantas disciplinas é que ficam inscritos? Quais são? Tudo isto são dúvidas que ficam no ar e a que ninguém sabe responder. Entretanto, na sequência de uma justa luta que vem mobilizando milhares de estudantes, as organizações associativas exigem a suspensão do Decreto 53/78 e a sua revisão. Num documento dirigido à Assembleia da República, os dirigentes associativos de Lisboa, ao exigirem a suspensão daquele decreto e do despacho 204/78, reclamam a realização das matrículas no respeito pelos anteriores planos de estudo, a sua abertura imediata e a definição, por parte do Governo, das intenções, objectivos e fundamentos que deverão presidir à reestruturação dos cursos de Letras, de acordo com a opinião das escolas. Recentemente, a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra divulgou aos órgãos de Comunicação um importante comunicado em que salienta as decisões já tomadas no Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDAL) de 16 de Setembro passado, decisões essas que reclamam: 1. Revisão em cada Faculdade de Letras de audiências com os conselhos científico e pedagógico respectivos, com vista ao estudo de todas as possibilidades de não aplicação plena do decreto e da sua imediata revisão e, caso tal não venha a ser possível, ao acompanhamento posterior de todo o processo de equivalências e matrículas; 2. Encetar contactos com todas as estruturas directivas das Faculdades de Letras com vista à rápida realização dum encontro nacional das Faculdades onde poderá vir a sair a decisão de efectivação do 1.º Congresso das Faculdades de Letras, iniciativa de grande profundidade e impacto cujos objectivos específicos serão oportunamente definidos; 3. Manutenção dos contactos oficiais previstos e dinamização das estruturas regionais de luta criadas em 7/77. Hoje realiza-se no Porto um novo encontro de dirigentes associativos das três Faculdades para análise da situação.



ESTEIROS

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro Soares dos Reis

Repressão e luta por direitos essenciais

Sem alteração significativa, a não ser a próxima assinatura de alguns CCTs, designadamente o das Moagens (aumentos da ordem dos 20 por cento) e a vitória dos trabalhadores da Barragem do Pocinho, que regressaram ao trabalho com aumentos salariais, subsídios, retroactivos e pagamento dos dias de greve, continuava por todo o país, em meados desta semana, a luta generalizada, envolvendo, de um modo ou de outro, centenas de milhares de trabalhadores, pela negociação e aplicação integral da contratação colectiva, pelo pagamento de salários em atraso e a manutenção de regalias conquistadas, contra a repressão nas empresas (despedimentos, inquéritos, processos, agressões, "gorilagem", atentados às liberdades e direitos sindicais) e contra o abuso das desintervenções e entregas de reservas por parte de um Governo que exorbita quanto aos seus poderes e funções.

Sectores tão vastos e numerosos como os Correios, Ferroviários, Construção Civil, Químicos, Têxteis, Metalúrgicos, Assalariados Rurais e Curtumes, e bem assim empresas com milhares de trabalhadores, como a Sorefame, Metalúrgica Duarte Ferreira, Messa, Equimetal, Cometa, Selenave e dezenas de fábricas do sector têxtil enfrentam situações de muita gravidade que se reflectem em conflitos que os sindicatos e as restantes estruturas organizativas dos trabalhadores procuram resolver sem abdicar dos seus direitos essenciais, mas na perspectiva realista do interesse nacional e da abertura permanente ao diálogo e à negociação.

Sindical, com relevo para a direcção do PS, procura desviar os sindicatos da luta pela contratação colectiva, acenando aos trabalhadores com a conciliação sem princípios e com a negação absurda da luta de classes, o Movimento Sindical Unitário, encabeçado pela CGTP-IN, continua a apoiar com toda a sua força as lutas reivindicativas e a intervir a todos os níveis e caso a caso para a solução dos conflitos laborais, na perspectiva do interesse dos trabalhadores e do interesse nacional.

a perigosa actuação da Banca nacionalizada, que lança no desemprego milhares de trabalhadores com a sua política de crédito, o caminho não pode ser outro senão o da luta e do fortalecimento constante da acção unitária entre trabalhadores de todas as tendências políticas, designadamente entre comunistas e socialistas.

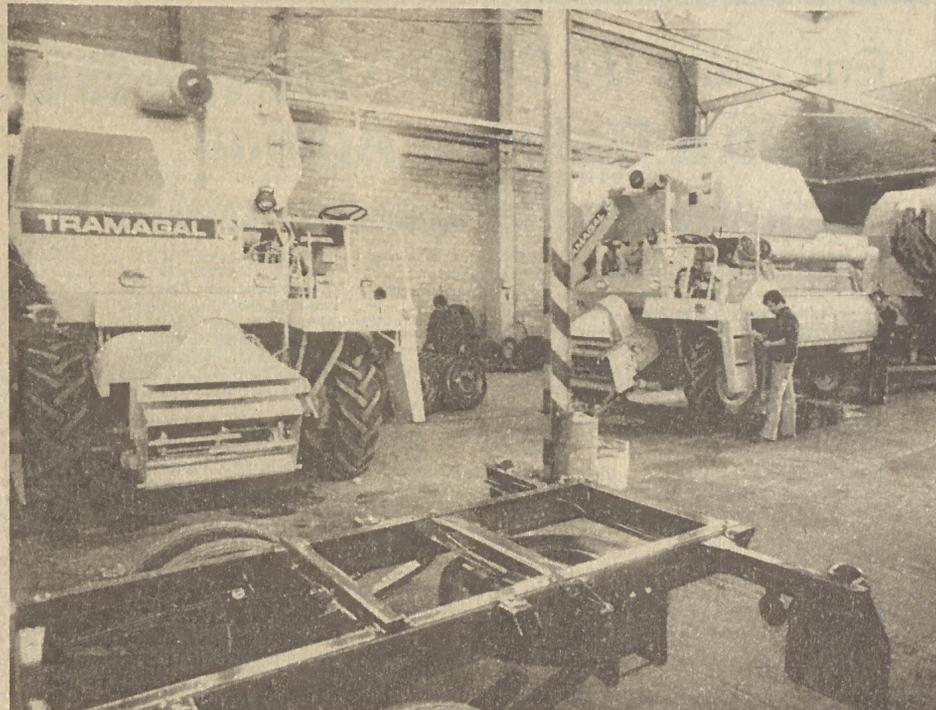
Para problemas comuns, soluções comuns. Contra o mesmo inimigo, a mesma acção unida e solidária é imprescindível para fazer vingar reivindicações justas e fazer respeitar os fundamentos da democracia e os direitos dos trabalhadores num Estado democrático a caminho do socialismo.

A "gorilagem"
No tempo do fascismo havia empresas que pagavam à PIDE os seus serviços dentro e fora da empresa. Pagavam "informações", empregavam "informadores". Reprimiam, com a força repressiva que o regime fascista punha ao seu dispor.

Foi o que sucedeu, por exemplo, na Copam e continua a suceder noutras empresas. A última, em data, é a Real Vinícola, que também já dispôs dos seus "gorilas" para substituir, na repressão, a autoridade patronal que não existe, porque os trabalhadores não reconhecem ao sr. Silva Reis e servidores a mínima qualidade para tanto.

A questão não é de disciplina, nem de vigilância. O essencial é a repressão contra os direitos e interesses dos trabalhadores. Para serem disciplinados, os trabalhadores dispõem de "gorilas". E qualquer patrão que se preze, que preze a sua autoridade democrática dentro da empresa, dispensa perfeitamente o recurso a homens de mão.

Mas o mesmo não sucede com sabotadores, que levantam arbitrariamente, que levantam processos à mínima atitude organizada, que pretendem fazer lei dentro das empresas contra a lei do Estado democrático.



A Metalúrgica Duarte Ferreira, uma empresa com cerca de 3000 trabalhadores, viável e com boa capacidade técnica, corre o risco de paralisar devido à gravidade da situação financeira. Em conferência de imprensa, as estruturas representativas dos seus trabalhadores lembraram que as encomendas em carteira, obtidas pelo seu esforço, atingem um milhão de contos. No entanto, os salários atrasam-se e uma encomenda para a República Popular de Angola, no valor de cerca de 300 mil contos está comprometida por causa de um empréstimo por concretizar. Por que não se financia uma empresa destas?

Hoje em Gaia concentração contra a ofensiva do Governo da banca e do patronato reaccionário

Os trabalhadores de Vila Nova de Gaia concentram-se hoje, pelas 18 horas e 30 em frente à Câmara Municipal para exprimir o seu firme repúdio perante as desintervenções legais, o escandaloso boicote da Banca às empresas intervenconadas ou sob o controlo dos trabalhadores, contra os despedimentos e a repressão patronal. Corroem assim ao apelo de 25 Sindicatos, da USP-CGTP-IN e de numerosas estruturas representativas dos trabalhadores daquele concelho.

Ultimamente assiste-se a uma intensa ofensiva do patronato e da Banca contra os trabalhadores, designadamente do importante concelho de Vila Nova de Gaia. Foi a recente decisão do Governo demitido de Nobre da Costa ao desintervenconar a Real Vinícola com todo o conjunto de ilegalidades, que, a acompanharam, foi o despedimento de 56 trabalhadores na Gonzalez Byas; é a tentativa de despedimento de 23 trabalhadores (um deles dirigente sindical) da fábrica Cartão de Ouro; foi o boicote da Banca à Real Vinícola, à Neolux, à J.C. Rodrigues; são os problemas na empresa de móveis Fragata.

Vinícola, que nunca é demais denunciar, juntamente com a repressão desencadeada pelo sr. Silva Reis, há que alterar rapidamente a política da Banca. Durante uma conferência de imprensa, promovida pela comissão organizadora da jornada de hoje em Gaia, foi denunciado o papel de verdadeira sabotagem desempenhado pela Banca nacionalizada, que não só cria inúmeras dificuldades à concessão de créditos aos pequenos e médios comerciantes e industriais, como desenvolve também verdadeiros boicotes a empresas intervenconadas, ou sob gestão e controlo dos trabalhadores.

trabalhadores da Real Vinícola que, durante a intervenção estatal e sobretudo a partir do início deste ano, viram o Banco Português do Atlântico arrecadar arbitrariamente 65 por cento do produto das transacções comerciais, o que monta a mais de 200 mil contos.

Talvez essa decisão tenha sido dos mesmos que não se importaram de gastar cerca de 500 contos para que um gestor e um autogestão, que se encontram com os salários em atraso há cerca de um mês devido ao boicote da Banca.

E há ainda o caso da J.C. Rodrigues onde a falta de apoio estatal e o "total alheamento dos ministérios competentes" está a comprometer o esforço de mais de 300 trabalhadores de uma empresa, cujo encerramento poderá provocar grandes dificuldades a cerca de 800 empresas de calçado com as inevitáveis consequências para os postos de trabalho de centenas de pessoas.

Por outro lado, o patronato investe ou tenta investir contra os direitos e interesses dos trabalhadores. Na Gonzalez Byas, em Gaia, para conseguir o apoio da Banca, a gerência prometeu defender 82 postos de trabalho e aumentar a exportação de vinhos, a fim de conseguir um contrato de viabilização. Mas, mal garantiu o apoio financeiro, não hesitou em lançar no desemprego 56 trabalhadores.

Hoje na Amadora

Por motivos idênticos aos de Vila Nova de Gaia e com os mesmos objectivos, designadamente no que respeita à empresa como a Cabos Avila, MB Pereira da Costa, Truse, Pirimobela e JB Corsino, decorrerá hoje, pelas 18 horas, na Venda Nova, em frente ao supermercado «Pão de Açúcar», uma concentração de trabalhadores convocada pelo Conselho de Trabalhadores da zona da Amadora.

Entretanto, na Real Vinícola, o "chefe" Reis contrata gorilas armados de caçadeiras, ao mesmo tempo que ameaça despedir todos os trabalhadores admitidos durante a intervenção estatal.

Projecto a projecto enche a direita o papo

Do projecto UDTP abandonado ao projecto UGT reconhecido em Tróia no último fim-de-semana pelos «sectores sindicais» ligados à direcção do PS que é que meçias? Como era de prever, nada de positivo. Medida apenas o fracasso (transitário?) das aproximações entre «sectores sindicais» do PS e do PPD/PSD para empalmarem a direcção do divisionismo em proveito partidário.

Mas há uma pequena afirmação extra-encontro de Tróia que sugere uma via onde tudo são espinhas para a linha gonalista da «Questão Sindical». É a «clara cedência à direita» do projecto Gonalha, que faliu na «Carta Aberta», no «Mafisco» e na «UDTP». São «as perigosas omissões» desse chamado projecto de estrutura de que falou ao jornal «A Luta» um dos intervenientes de Tróia, reconhecendo (que descoberta) que «a direita é um autêntico bluff no campo sindical».

Sindicatos senão a actuação divisionista da linha Gonalha? Quem pretende fazer dos Sindicatos associações humanitárias, recreativas, o que quiseram, tudo menos associações sindicais de classe? É o sr. Gonalha e os seus «sectores sindicais», entregando-o de mãos atadas à conciliação inconciliável de interesses antagónicos e pondo-o afinal ao serviço da direita, do grande capital e do imperialismo.

Foi tendo em conta os perigos dessas tentativas que o PCP chamou a atenção para o projecto de «partir a espinha» ao Movimento Sindical Unitário. É a tentativa de desagregar esse Movimento retirando-lhe qualquer capacidade e iniciativa de classe, as responsabilidades da direcção do PS ao tentar dividir o Movimento Sindical, sem ter em conta os prejuízos que daí advêm para a própria democracia e para a influência do PS entre os trabalhadores.

É o projecto de «partir a espinha» ao Movimento Sindical Unitário. É a tentativa de desagregar esse Movimento retirando-lhe qualquer capacidade e iniciativa de classe, as responsabilidades da direcção do PS ao tentar dividir o Movimento Sindical, sem ter em conta os prejuízos que daí advêm para a própria democracia e para a influência do PS entre os trabalhadores.



Uma Conferência da mulher para a mulher nos Sindicatos

A Comissão Organizadora e os Sindicatos realizam e convocam por todo o país reuniões nas empresas e assembleias de zona no âmbito da preparação da Conferência Nacional sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora.

participação mais intensa da mulher no Movimento Sindical. Totalmente aberta e independente de qualquer corrente política ou sindical, a preparação da Conferência constituirá um amplo debate sobre os temas propostos, e todos os que forem apresentados, a fim de que a Conferência seja verdadeiramente representativa e reflecta a importância da mulher trabalhadora na acção sindical.

uma Comissão Nacional constituída pelos Departamentos de Mulheres e de Organização da CGTP-IN, União dos Sindicatos de Lisboa, União dos Sindicatos do Porto, União dos Sindicatos de Setúbal, Federação dos Têxteis e Federação dos Químicos, a Conferência, de acordo com o artigo 2.º do respectivo Regulamento, é aberta à participação, em plano de igualdade, de todos os Sindicatos filiados ou não na CGTP-IN que, para o efeito, nela se inscrevam.

(Comissão Nacional Organizadora), que funciona na sede da CGTP-IN. O pedido da inscrição deve ser enviado em carta registada, ou acompanhada de protocolo. O impresso devidamente preenchido acompanhará a importância de 200\$00 por cada delegado inscrito.



Uma Conferência de e para a mulher trabalhadora, a fim de melhorar a sua situação e concretizar os seus projectos de vida e de trabalho

A designação ou eleição dos delegados respeitará «as regras próprias da gestão democrática de cada Sindicato».

por 5 delegados a designar de entre os respectivos dirigentes — acrescenta ainda o Regulamento, especificando que «sempre que possível, a maioria de cada delegação deverá ser composta por mulheres».

Na Efanor contra a repressão

A administração da Empresa Fabril do Norte tem recusado sistematicamente o diálogo com as organizações representativas dos trabalhadores. Põe em causa regalias sociais e pretende impor um clima repressivo e de intimidação. A Célula do PCP divulgou um comunicado alertando os trabalhadores para a urgência de «reforçarem a sua unidade face às tentativas da administração para os dividir, instalar a repressão e estabelecer um clima de instabilidade».

a missão de fiscalizar os movimentos dos seus companheiros, apesar de a maioria dos desocupados da empresa continuarem a aguardar o regresso ao trabalho e de haver muitos familiares do pessoal inscrites para ser admitidos. Pretendendo dividir também os quadros técnicos, a administração concedeu aumentos salariais selectivos e diferenciados. Perante esta situação, a Célula do PCP sublinha: «Os trabalhadores não irão atrás dos aventureiros e divisionistas que, a pretexto dos recentes aumentos procuram opor a maioria dos trabalhadores aos quadros técnicos».

Lutas e Tarefas

Sectoriais no Comércio — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa continua a promover reuniões de sector para delegados sindicais até 20 de corrente. As reuniões, que se iniciaram na última quinta-feira, decorrem na sede e têm a seguinte ordem de trabalhos: ponto 1 — Informações (Campanha de Organização, cursos de formação sindical); ponto 2 — verticalização sindical; ponto 3 — a definir sector por sector. Neste último ponto, tem-se atendido sobretudo à aplicação do CCT nos vários sectores do comércio.

atividades» em todas as fases da preparação do congresso, que «possibilitará o alargamento em novos moldes — mais coesos e democráticos — da acção comum já existente entre as diversas Zonas». Essa acção é cada vez mais necessária «para que os professores possam levar por diante as suas reivindicações face ao MEC e ao patronato». Aos professores do ensino particular será apresentada, entretanto, uma proposta nacional de revisão da PRT para o sector, no que respeita ao articulado de natureza económica.

Cifa, Sociedade Portuguesa de Algodões, Schimming e Fábrica de Tapetes Beiriz. O BPA mantém há cerca de dois anos mais de 1000 trabalhadores têxteis no desemprego ao recusar o crédito a essas empresas e ao apoiar o encerramento de firmas modernas e bem equipadas. O Secretariado das Comissões de Trabalhadores Bancários referia-se, entretanto, num comunicado aos «novos ataques à nacionalização da Banca». Depois de lembrar declarações do chefe do Governo demitido, que «contrariam frontalmente princípios pelos quais os bancários se vêm batendo, sobretudo no que respeita à defesa da Banca nacionalizada», o Secretariado acrescenta que «a estratégia de pôr em causa o sector nacionalizado em favor do privado é por demais evidente», através da criação de «sociedades de investimento, de desenvolvimento regional e de leasing, que outra coisa não significam senão bancos privados».

O apoio à CGTP-IN tem expressão nacional

O apoio dos trabalhadores à sua Central Sindical única e aos princípios que orientam a actividade do Movimento Sindical unitário continuam a exprimir-se por todo o País nas comemorações do 8.º aniversário da Intersindical Nacional.

Vicente, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, além de se referirem ao significado do 8.º aniversário, analisaram a situação actual naquela zona. Em nome dos mais elevados interesses nacionais, foi exigido que «as forças militarizadas se retirem das UCPs e Cooperativas Agrícolas e que o MAP e o Governo demitido de Nobre da Costa cessem essa brutal ofensiva» contra a Reforma Agrária.

Em Évora, no último sábado, em sessão efectuada no Teatro Garcia de Resende, a história das lutas da CGTP-IN foi lembrada a par das lutas do presente. Centenas de trabalhadores da cidade e do campo aprovaram um documento manifestando «a sua preocupação e indignação pelas acções violentas desencadeadas pelas forças militarizadas a mando do MAP, dos agrários e do Governo demitido de Nobre da Costa contra a Reforma Agrária».

Mais vale prevenir que remediar

Em nota dirigida à Comissão de Trabalho da Assembleia da República, o Secretariado da CGTP-Intersindical Nacional realinha que «a proposta de lei n.º 172/1 não satisfaz nenhum dos requisitos legitimamente reclamados pelos trabalhadores para uma regulamentação legal dos contratos a prazo». Frisando, inequivocamente, nos termos do n.º 4 do artigo 170.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) que aquela proposta de lei da iniciativa do II Governo Constitucional não subsiste para além da vida do Governo que a elaborou e apresentou à Assembleia da República, a nota da CGTP-IN prefere prevenir que remediar e conclui: «A proposta de lei em causa caducou com a exoneração do II Governo Constitucional, que a apresentara na Assembleia da República, nos termos do artigo 170.º, n.º 4, da CRP, pelo que não deverá sequer ser apreciada e discutida pela Assembleia».

«A proposta de lei em causa não satisfaz minimamente os direitos e interesses dos trabalhadores, constitucionalmente previstos e garantidos quanto à estabilidade da relação de trabalho e segurança no emprego, permitindo, pelo contrário, uma intensificação da exploração das classes trabalhadoras».

O PCP e a Lei das Finanças Locais

A Assembleia da República aprovou no passado dia 11, finalmente, o novo regime de finanças locais. O novo diploma, cujos artigos foram quase todos aprovados por unanimidade, será obrigatoriamente revisto até 15 de Junho de 1981.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Há um ditado popular que a propósito de presunção e de água benta, diz que cada um toma a que quer. Assim é de facto. Haverá quem, tendo feito tudo para retardar uma lei de Finanças Locais, capa de satisfazer os anseios e necessidades nacionais, venha agora enfiar-se com penas que lhe não pertencem, ou fazer uma profissão de fé a tal respeito; haverá quem, indiferente ou relutante durante mais de um ano, venha agora reclamar um lugar na primeira fila dos defensores da autonomia financeira do poder local e da sua real capacidade para servir as populações, descentralizar o Estado e por essa via melhor garantir a sua unidade, democracia e independência. Não nos enfeitaremos com penas alheias, nem mudaremos de posição e isso nos bastará.

A acção do PCP foi fundamental na aprovação da lei

Nesta Assembleia como fora dela, nas autarquias onde temos eleitos como onde não os temos, desenvolvemos um esforço sistemático de esclarecimento e propaganda, apresentando propostas concretas, tudo visando o resultado que acaba de ser obtido: uma lei de Finanças Locais, com princípios claros, com deficiências mas com normas realistas que abre o caminho, certamente longo, para a nossa defesa verdadeira institucionalização do poder local. Vale a pena lembrar que o Grupo Parlamentar do PCP foi o primeiro a apresentar um projecto de lei das Finanças Locais, em 8 de Junho de 1977, ao qual se sucedeu passado um mês, a proposta de lei do Governo. Face à resistência ou desinteresse de outros, fomos nós que, usando de uma faculdade regimental, forçámos a realização da discussão na generalidade dos diversos projectos apresentados. Durante quase um ano e, apesar do nosso projecto inicial não ter sido aprovado na generalidade, procurámos eliminar todas as dificuldades do trabalho em Comissão, fazendo sugestões, estudando e apresentando propostas e garantindo à nossa assídua presença aos trabalhos. Quando em Junho passado o impasse parecia definitivo como resultado da aliança PS/CDS, procurámos e conseguimos garantir o acordo sobre a realização desta sessão suplementar expressamente destinada à lei das Finanças Locais.

Finalmente, nesta última fase do trabalho de preparação de um articulado capaz de garantir a votação na especialidade da Lei, a acção do Grupo Parlamentar do PCP foi inteiramente coerente e ninguém, mesmo os adversários políticos, poderá deixar de reconhecer que contribuímos fortemente para o bom resultado alcançado.

Mesmo quando foram rejeitadas as soluções que consideramos as melhores o texto final da lei tem a marca clara da nossa defesa intransigente da autonomia financeira, da justiça distributiva da riqueza nacional, da capacidade das autarquias (e nomeadamente dos municípios) para resolverem as mais graves e vastas questões que interessam às populações e ao país como um todo.

Importante passo na democratização do Poder Local

O texto final da lei reflecte positivamente a persistente luta contra os abusos e desvios de poder e pelas garantias indispensáveis à consolidação da democracia e à melhoria do nível de vida das populações. O regime agora consagrado corresponde, portanto, a um enorme progresso quando comparado com o até agora vigente.

Com efeito, a autonomia financeira das autarquias locais deixa de ser contestável por via administrativa e é realizada pelo poder que é reconhecido aos seus órgãos de administrar as suas receitas e gerir o seu património.

Ficando garantido o conhecimento prévio e em devido tempo das disponibilidades orçamentais das autarquias, ficará assim assegurada a sua capacidade de planear e programar dentro dos recursos disponíveis a resolução dos problemas mais instantes das populações, a recuperação de atrasos e progressiva eliminação das carências.

Ficam também eliminadas as possibilidades de compadrio de carácter partidário ou outro e bem assim prevenidas as práticas de desvio e abuso de poder correntes no regime fascista.

Algumas das soluções agora consagradas significam, por outro lado, um reforço das garantias de democraticidade do exercício do poder local e da delimitação dos poderes de tutela que constitucionalmente cabem à administração central.



Uma nova esperança para o futuro

A Comissão Coordenadora Nacional da APU saudou recentemente, em comunicado, todos os que têm desenvolvido esforços no sentido do enquadramento dos tempos livres das crianças, na construção de escolas, creches e parques infantis. A APU lembra ainda que os esforços conducentes a melhorar as condições de vida das nossas crianças encontrarão, na próxima concretização da autonomia financeira das autarquias, e na completa redefinição das suas funções, novos e importantes instrumentos que permitirão uma mais rápida satisfação das graves carências que ainda hoje afectam a administração local.

O «pluralismo» da mentira não serve a democracia

O jornal "A Luta" publicou nos dias 3 e 11 de Outubro dois artigos assinados por um "comerciante em Évora" onde, numa linguagem muitas vezes "pídesca", se recorre à mais descarada mentira para tentar aliciar o eleitorado eborense que, no próximo dia 19 de Novembro, irá eleger de novo a sua Câmara Municipal.

Qualquer leitor do referido jornal, que se reivindica de "pluralista" e "independente", não poderá deixar de se interrogar, honestamente, onde está a independência e o pluralismo no conteúdo daqueles dois textos.

Afirma o referido "comerciante" no seu escrito de dia 11, que o PCP propôs ao PS, em Évora, uma aliança para disputar as novas eleições. Segundo as

Finalmente, a lei contém os dispositivos necessários para produzir plenos efeitos ainda no ano de 1979 (apesar do largo atraso na sua aprovação), prevenindo também normas indispensáveis à garantia da sua regulamentação e execução. Neste sentido se poderá afirmar que estamos hoje mais próximos da instituição completa do novo sistema democrático de administração local prevista na Constituição da República.

Soluções defeituosas que a prática obrigará a corrigir

O nosso voto (no geral positivo, com algumas reservas) não pode desligar-se do facto de o articulado conter algumas soluções defeituosas ou desfavoráveis ao rápido estabelecimento da justiça distributiva que defendemos.



Aperturar as autarquias com os meios técnicos e financeiros indispensáveis à resolução dos problemas locais permitirá melhorar as condições de vida do nosso povo

É assim, sobretudo no que toca ao Art.º 5.º (participação dos municípios nas receitas fiscais). Al vingou a falaciosa teoria que leva a considerar a participação a 100% em alguns impostos menos significativos como um incentivo (supostamente ausente até agora) para o desenvolvimento local.

Os defensores dessa solução quase parece pretenderem fazer crer que os atrasos e enormes diferenças entre as zonas mais desenvolvidas e as zonas menos desenvolvidas são originadas na falta de interesse das populações e dos órgãos de poder local em progredir por inexistência de incentivos. Tal ideia passa bem sem comentários.

Mas os que sustentam tal solução — a nosso ver defeituosa — pretendem também que ela seria "mais descentralizadora" e "mais conforme com a Constituição".

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português ao insistir na sua própria solução (que englobava num só montante todas as verbas a distribuir) pretendia garantir igualmente a descentralização, já que as receitas atribuídas por lei aos municípios a eles pertencem independentemente da forma como lhes são entregues; pretendiam um método mais simples e por isso mesmo mais eficaz de determinação dessas receitas e pretendiam também que todas elas fossem redistribuídas de acordo com critérios bem definidos, de justiça, facilitando, pois, a eliminação mais rápida das diferenças regionais e locais.

Devemos salientar que o nosso voto contrário ao artigo que consagra os critérios de repartição das receitas resulta precisamente da injustiça relativa que alguns deles irão determinar e da indefinição que outros comportam.

Também aqui a nossa solução teria sido — se aprovada — mais simples, mais eficaz e mais equitativa.

PS e PPD em Évora com uma «bota para descalçar»

Os centristas de Évora, profundamente desiludidos com as secções locais do PS e PPD, divulgaram recentemente um comunicado que constitui um importante contributo para o esclarecimento das razões que levaram à realização de eleições antecipadas na Câmara Municipal da velha cidade alentejana.

Diz o CDS que antes ainda de se consumir a crise na Câmara Municipal pela saída dos vereadores do PS e do PSD que conduziu à queda do executivo municipal e à precipitação de eleições locais antecipadas, já era corrente a expectativa no concelho de que uma coligação de forças «democráticas» permitiria, nessa eventualidade, infligir uma importante derrota à hegemonia comunista no Alentejo.

Se dúvidas havia quanto à existência ou não de «graves anomalias» na gestão do município — que os ex-vereadores socialistas até à data ainda não revelaram — a confissão dos amargurados centristas vem pôr a nú as tricas político-partidárias que, deliberadamente, forjaram a «crise» de Évora.

Como sabe de antemão quanto são ínfimas as suas possibilidades eleitorais no Alentejo, o CDS havia depositado todas as esperanças nesta «coligação entre as forças democráticas», como derradeira hipótese de eleger algum vereador.

Inviabilizada a coligação, os centristas vieram a terrei carpir a desilusão... como diz o velho ditado popular, zangam-se as comadres, descobrem-se as verdades.

Numa desesperada tentativa de colher alguns benefícios do descontentamento provocado com as manobras do PS e PPD em Évora, o comunica-

Apesar de tudo, a nossa concordância geral com a lei agora aprovada significa que a consideramos suficientemente boa e um grande progresso e que pensamos que a prática da sua execução colocará como exigência e correcção dos pontos negativos agora apontados, tanto mais que algumas deficiências ou insuficiências notórias do novo regime de finanças locais decorrem do facto de continuarem sem resposta positiva importantes questões mais gerais.

Na verdade, não foram ainda dados importantes passos necessários à concretização do sistema de planificação previsto na Constituição; o planeamento ou não existe ou se reduz a uma listagem de ideias ou projectos sem ordenação ou coerência, aqui residindo também um factor que explica a tão apregoada "incapacidade das autarquias".

• sistema fiscal e a administração fiscal aguardam ainda a imprescindível adequação às directrizes constitucionais, deste facto resultando não poucas dificuldades para a redistribuição equitativa da riqueza do país, nomeadamente no que toca à atribuição das receitas ao poder local;

• a administração pública continua a carecer de uma estruturação que permita "aproximar os serviços das populações, assegurar a participação dos interessados na sua gestão efectiva e evitar a burocratização" (Art.º 268.º da Constituição);

• não foi ainda encetado o processo tendente à aprovação de uma lei de delimitação material entre as atribuições estaduais e as atribuições próprias das autarquias locais (que implicaria evidentemente importantes alterações na própria disciplina do Orçamento Geral do Estado);

• finalmente, encontra-se paralisado o processo de instituição legal das Regiões Administrativas, importante inovação constitucional em matéria de estrutura das autarquias locais. Isto só para referir aspectos institucionais de capital importância...

É urgente elaborar Código do Poder Local

Duas observações finais:

• a aprovação do novo regime de finanças locais reforça a urgência e completa o quadro necessário à recolha e consagração em lei das conclusões da experiência de aplicação da lei 79/77, (sobre estrutura, funcionamento e competência dos órgãos das freguesias e municípios). Tal experiência aponta inequivocamente (como sempre propôs e advertiu o PCP) para que sejam largamente ampliadas as competências e reforçados os poderes de decisão dos órgãos das autarquias locais. Com a entrada em vigor do novo regime de finanças locais ficará, em medida assinalável, preenchida uma condição fundamental para que tal ampliação seja possível e eficaz. Importa pois que se cumpra dentro do prazo legal, isto é, até 31 de Dezembro de 1978, a revisão da Lei das Autarquias.

Por outro lado, no momento em que acaba de ser dado mais um passo no caminho da substituição do Código Administrativo de 1940, o código de Marcelo Caetano, é sem dúvida oportuno sublinhar a necessidade de levar até ao fim o processo da sua revogação, isto é: urge elaborar um verdadeiro Código do Poder Local.

O Grupo Parlamentar do PCP não pode deixar de manifestar, uma vez mais, a importância que atribui à lei que acabámos de votar e à valorização que dela faz como passo importante e fundamental para a resolução de grande parte das carências e problemas do povo português.

Constituindo esta lei importante contribuição para a consolidação e defesa do sistema democrático-constitucional e da Democracia.

Temos defendido e continuaremos a defender as potencialidades e virtualidades da participação activa das populações na resolução dos seus próprios problemas. Temos defendido e continuaremos a defender as potencialidades e virtualidades de um poder local verdadeiramente autónomo e democrático na recuperação da economia nacional, na melhoria do nível de vida das populações, na eliminação das carências regionais e locais, na melhor distribuição da riqueza e na insubstituível mobilização do povo português para o esforço nacional e patriótico que urge fazer.

Queramos finalmente afirmar a nossa ilimitada confiança na capacidade e disponibilidade das populações e de milhares de cidadãos que integram os órgãos de poder local para continuarem, na nova fase de luta que agora se inicia, a defesa dos justos interesses locais e encontrarem nessa prática as alternativas e correcções de que esta lei carece, de acordo com as exigências dos interesses nacionais.

O que se passa na Câmara de Penafiel?

Os eleitos da APU na Assembleia Municipal de Penafiel apresentaram àquele órgão autárquico uma moção de desconfiança e reprovação à forma como tem vindo a actuar o respectivo município, que viria a ser rejeitada pelo PPD e CDS, com a abstenção do PS.

Segundo a APU, a causa de nada ter sido feito pelo executivo deve-se à falta de uma política consciente e com os pés bem assentes que estivesse de facto interessada em resolver os graves problemas da população.

Exemplificando, a APU afirma que está na forja um mini-plano director da cidade, que só poderá ter concretização para o ano 2000 enquanto se deixa sem solução problemas tão prementes como a construção de habitações sociais tanto na cidade como nas freguesias; a distribuição de água ao concelho, própria para consumo; criação de creches; sanitários públicos e tantos outros.

A rejeição da moção de desconfiança, que toda esta situação justifica, não causa grande admiração na medida em que o presidente da Câmara de Penafiel que tanta incapacidade tem demonstrado, foi eleito pelo PPD. Mas este facto não impede, antes contribui, que a população compreenda cada vez melhor quem de facto luta pelos seus direitos e quem nada faz pela melhoria das suas condições de vida.

Povo de Mesquitela descontente com a sua Junta de Freguesia

São numerosos os erros, as negligências e os desleixos, para já não falar de ilegalidades flagrantes, cometidos pelos responsáveis da Junta de Freguesia de Mesquitela (Mangualde), cuja actuação está a provocar indignação e revolta crescentes entre a população daquela localidade.

Salienta-se, a título de exemplo, a extinção do Posto de Socorros porque a Junta não criou as condições necessárias à actividade do enfermeiro que ali se deslocava; o não cumprimento da decisão popular (que teve o acordo dos órgãos autárquicos) de se proceder à construção de um forno no lugar de Bacoel; o mais completo desinteresse pelas necessidades da população.

Assim, enquanto a Assembleia de Freguesia decidiu calçar, este verão, o largo junto à residência do respectivo presidente, continuam por asfaltar as duas entradas da aldeia; nada se faz para acabar com as deficiências no abastecimento de água; não se promove o saneamento dos esgotos; não se resolve o problema do entupimento dos aquedutos e dos depósitos do lixo; continuam as precárias condições dos armazéns; persiste a perigosa situação na passagem de nível sem guarda.

O desinteresse destes responsáveis autárquicos vai tão longe que o próprio presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela se absteve (!!!) quando na Assembleia de Mangualde se votou se devia ou não ser atribuído alguma verba àquela freguesia. Devido a esta posição do presidente a proposta foi derrotada pelos votos contra dos eleitos do CDS...

Em vez da Universidade Nova Almada terá só uma Faculdade

Em conferência de Imprensa realizada na passada semana, a Câmara Municipal de Almada anunciou que começaram já as obras de implantação, naquela cidade, da nova Faculdade de Ciências e Tecnologia.



Manifestando a importância dada pelo município a este facto, que vem beneficiar uma região que terá, no fim deste século, mais de um milhão de habitantes, os vereadores presentes não deixaram porém de criticar a decisão unilateral do Governo de desmembrar o projecto inicial da chamada Universidade Nova de Lisboa (UNL), que rompia com os esquemas da Universidade clássica e pretendia acabar com o espírito deformante e tecnocrático dos indivíduos por ela formados.

Com efeito, o projecto inicial da UNL preconiza a interdisciplinaridade, conjugando o estudo das Ciências Exactas e da Economia com o estudo das Ciências Humanas e Sociais.

Todavia, o então Ministério de Cardia, com o aval do Governo, decidiu dividir a UNL em três faculdades distintas, cada uma em seu ponto do País, sem sequer ouvir a Câmara Municipal de Almada, a quem aliás se recusou sempre a receber, não respondendo sequer aos numerosos ofícios que o município lhe enviou.

Em Novembro de 1977 a Faculdade de Ciências surge, por decreto, como uma realidade.

Não obstante discordar plenamente deste tipo de actuação, a Câmara de Almada acolhe da melhor forma a implantação deste ramo do ensino superior. E, como foi afirmado na conferência de Imprensa, a vereação não poupará esforços para reconstruir no futuro uma autêntica Universidade Nova.

Encontros de Reformados

A Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos de Santa Engrácia, Lisboa, realiza um plenário, no próximo sábado, às 15.30 horas, no salão da Junta de Freguesia (na Calçada dos Barbadinhos). No encontro serão prestadas informações sobre a situação dos reformados e proceder-se-á à reestruturação e eleição de nova Comissão.

Também a Comissão Unitária de Reformados e Terceira Idade da Margem Sul (Cova da Piedade) promove um plenário para debate dos problemas na afectam aquele grupo social. A reunião efectua-se na sexta-feira, às 15 horas, na sala de espectáculos da Sociedade União Artística Piedense, estando aberta à participação de todos os reformados e população do concelho de Almada.

A Comissão de Reformados da Brandoa, por seu turno, comemora no domingo, dia 22, o seu primeiro aniversário. A data será assinalada com um colóquio, canto livre e variedades no Polivalente da Brandoa, a partir das 15 horas.

Também a União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social promove uma grande festa-convívio, no Adóque, no dia 25 deste mês.

RÁDIO VARSÓVIA EM PORTUGUÊS
Rádio Varsóvia transmite diariamente em português nos seguintes horários e frequências (hora de Lisboa): pelas 22 horas, em ondas curtas, 31 e 41 metros, frequências de 9675 Khv e 7285 Khv; pelas 5 horas e 30, em ondas curtas, 41 e 49 metros, frequências de 7270 Khv e 6135 Khv, em ondas médias, 200 metros. O endereço de Rádio Varsóvia é 00-950, Caixa Postal 46, Varsóvia.

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA
Rodney Arismendi
edições Avante!

LIVRO NEGRO DO MAP
O LIVRO NEGRO DO MAP
45 casos de reservas ilegais e arbitrarias. A violência dos senhores ricos. Quem os mete na ordem? Crédito como arma de pressão. Quem paga as dívidas? A quem serve o crédito para o momento pecuniário?
Código n.º 0117 • Preço 30\$00

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

— Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

Conhecer a luta antifascista nos diversos países e em diversas épocas, quer através da literatura de Resistência, quer através de depoimentos, recordações, documentos, etc., é importante para nos informarmos e extrairmos lições dos diversos tipos de luta, das diversas formas de organização, das etapas que foram vencidas, de como evoluíram as diversas situações, enfim, quais as tarefas, dificuldades e vitórias de cada destacamento do Movimento Comunista e Operário Internacional.

Conhecer realidades através da movimentação de personagens que desempenharam ou continuam ainda a desempenhar um importante papel na luta contra o imperialismo. Conhecer realidades através de personagens de ficção, imbuídas da Ideologia e do comportamento revolucionário, é uma das formas de divulgação da vivência e da moral comunistas.

Tendo em vista estes objectivos, as Edições "Avante!" criaram uma colecção — Colecção Resistência — em que já estão inseridos nove livros: seis referentes à realidade portuguesa durante o fascismo, dois à realidade italiana durante a dura época do nazi-fascismo e um à realidade checa durante a Segunda Guerra Mundial.



Capa da 1.ª edição de "Até amanhã, Camaradas"

Camaradas que encontraram um outro de uma novela — Cinco Dias, Cinco Noites — em que é retratado com uma força extraordinária o problema daqueles que se viam obrigados a abandonar a sua terra para ir procurar emprego noutros países, sujeitos a toda a exploração dos empregadores e a todos os perigos e incertezas da passagem "a salto" das fronteiras.

Em Cartas da Prisão, o camarada José Magro narra diversos episódios da luta travada nas prisões. Muito aprendemos com estes episódios e com as reflexões que o nosso camarada faz em torno deles. Através do livro vemos que o Partido está presente em todo o lado, mesmo na cadeia, mesmo no isolamento. A organização e a luta, o estudo e a formação eram uma realidade durante os anos de prisão. A grande preocupação era encontrar a possibilidade de fuga, não ao sabor do espírito aventureirista, mas inserida na vida do Partido para continuar o trabalho interrompido; enquanto essa possibilidade não chegava nunca os nossos camaradas se deixavam vencer pelo marasmo e embotamento a que os seus carcereiros os queriam obrigar.

Perpassa assim ao longo de cada uma das cartas a vida do Partido através das torturas, dos isolamentos, das greves de fome, das reivindicações, das pequenas e grandes alegrias, das visitas, enfim, através do quotidiano de um revolucionário cuja actividade no exterior foi interrompida, mas que ele quer e tem a certeza de ser continuada.

Juntamente com a Pide, os Tribunais Plenários de Lisboa e Porto constituíram uma par-

te essencial do aparelho repressivo em que o regime fascista se apoiava para oprimir o povo português. No livro A Defesa Acusa são publicadas as intervenções no tribunal de muitos camaradas que, transformando-se de acusados em acusadores, ao mesmo tempo que expunham e defendiam a linha política do Partido, denunciavam os crimes e ilegalidades do regime em que esses tribunais estavam inseridos.

As defesas publicadas neste livro, exemplos da firme conduta perante o terror fascista, são de grande valor político e contém exposições sistematizadas sobre a situação política nacional e internacional e sobre a acção do Partido na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e na luta pela liberdade e pela instauração de um regime democrático.

Mas além da Pide e dos tribunais plenários, o povo português jamais esquecerá o Campo de Concentração do Tarrafal, onde dezenas e dezenas de antifascistas portugueses sofreram as piores torturas. Mais uma tentativa gozada de desmoralizar e destruir o espírito combativo dos trabalhadores portugueses e da sua vanguarda organizada — o Partido Comunista Português.

Através dos relatos de camaradas como Pedro Soares no livro Tarrafal, Campo da Morte Lenta, e Miguel Wager Russel, em Recordações dos Tempos Difíceis, mais uma vez surgem as mesmas sevícias, os mesmos processos, a mesma crueldade e mais uma vez surge a mesma resistência, a mesma organização, o mesmo ânimo.

Quanto mais os carrascos requintam em crueldade, maior é a serenidade e a dignidade daqueles que sabem que lutam por uma causa justa.



Temas vários

Jogos Olímpicos de 1980: Moscovo prepara-se para acolher cerca de 300 mil turistas

Em 1980 terá lugar na União Soviética o mais importante acontecimento desportivo a nível mundial: os Jogos Olímpicos. Alguns dos aspectos centrais que se prendem com a realização da Olimpíada de 80 são abordados, em entrevista recentemente concedida à revista soviética "Tempos Novos", pelo primeiro vice-presidente do Comité Organizador dos Jogos e também vice-presidente do Comité Olímpico Internacional (COI). É o seguinte o texto dessa entrevista:

A medida que se aproxima 1980, maior é o interesse que a Olimpíada de Moscovo desperta, não só na URSS como em todo o Mundo. Como encara este facto?



Vitali Smirnov, primeiro vice-presidente da Comissão Organizadora dos Jogos e vice-presidente do Comité Olímpico Internacional

Vemos nos Jogos não só um conjunto de competições, não só uma grande festa desportiva, mas também um encontro amistoso dos jovens de todo o Mundo, que, certamente, contribuirá para o reforço da compreensão mútua entre os povos e, assim para o reforço da paz e do desanuviamento internacional.

Não há dúvida que se está a fazer (e fará) tudo o que é necessário para que os meios modernos de comunicação e informação permitam ao maior número possível de pessoas em todo o Mundo seguir a Olimpíada de 80, juntamente com as que estarão nas bancadas.

No Ocidente diz-se que em Moscovo se colocará obstáculos aos jornalistas estrangeiros e se limitará arbitrariamente o seu número, ao mesmo tempo que se afirma que os nossos meios de informação para o estrangeiro são insuficientes e tecnicamente imperfeitos.

Tudo isso são mentiras. Ao fixar o número de representantes creditados pelos órgãos de comunicação, o Comité Organizador respeita o número máximo estabelecido em fins de 1976 pela Comissão do COI para a Imprensa. O Executivo do COI aprovou a nossa proposta. A Olimpíada de Moscovo será seguida por um autêntico exército de jornalistas: 4 400 correspondentes de agências

noticiosas, jornais e revistas, repórteres fotográficos, operadores de cinema e comentaristas de Rádio e TV, além de 3 000 técnicos destes dois últimos meios de informação.

O corpo de Imprensa da Olimpíada de Moscovo não diminuirá em número em relação aos das edições anteriores, mas os correspondentes das revistas e periódicos serão mais 800 que em Munique (Jogos de 1972) e mais 300 que em Montreal (1976).

Os meios técnicos que estarão à disposição dos jornalistas corresponderão a todas as necessidades do momento. No Centro de Imprensa principal, instalado num edifício da Avenida Zubovskí, haverá uma grande estrutura de comunicações, com telefones, telex, etc., e ainda cabinas de Imprensa individuais, salas de informação e um grande laboratório fotográfico.

Em todas as instalações desportivas olímpicas serão instalados e equipados locais especiais para a Imprensa, com boa visibilidade, que terão comunicação com o respectivo subcentro de Imprensa.



Cerca de trinta por cento do programa dos Jogos desenvolver-se-á no complexo desportivo de Luzhniko, em Moscovo, incluindo as cerimónias de abertura e encerramento. É nessa zona que fica situado o Estádio Central de Lenine, num belo enquadramento, junto ao Rio Moscovo e perto da Universidade de Lomonossov (ao fundo)

Nestas cabinas haverá mesas com televisores e telefones. Nos subcentros de Imprensa serão organizados todos os serviços indispensáveis aos jornalistas.

Entretanto, prossegue a construção de um centro de imprensa em Tallin, onde decorrerão as provas de vela. Em Moscovo, está a instalar-se uma nova central telefónica internacional para 1500 redes,

realçar que em nenhuma das anteriores edições dos Jogos Olímpicos se utilizaram tantas instalações e equipamentos do próprio país organizador como acontecerá em Moscovo.

Há que ter em conta que, geralmente, muitas federações desportivas internacionais preferem instalações, materiais e equipamentos de determinadas firmas. Por exemplo, bolas de voleibol e de

população, o volume do seu turismo e o número de entradas adquiridas na anterior edição da Olimpíada.

A "Intourist" estabelece contactos com as empresas turísticas recomendadas pelos comités olímpicos nacionais, para lhes comunicar antes de Outubro as condições (e o número máximo de turistas) para a realização das viagens e correspondentes entradas para as diversas provas. Os bilhetes para assistir aos Jogos serão pagos ao mesmo tempo que as viagens. De uma forma geral, será garantido a cada turista, pelo menos, uma entrada para as diversas provas dos Jogos. Está também prevista a realização de várias viagens de turismo pelo nosso país, incluindo visitas a Leninegrado, Kiev, Minsk e Tallin (onde decorrerão algumas competições olímpicas) e a outras cidades.

A "Intourist", os sindicatos e a organização juvenil Sputnik já programaram dezenas de itinerários, estando igualmente prevista a realização de um variado programa cultural e artístico em que participarão os melhores artistas.

Estão garantidas aos participantes nos Jogos todas as condições para o seu descanso e recreio, sendo-lhes proporcionado o conhecimento da realidade do nosso país e da vida dos soviéticos. Os participantes nos Jogos ficarão instalados na Aldeia Olímpica, em habitações confortáveis, para uma ou duas pessoas, e as refeições terão em conta os pratos nacionais.

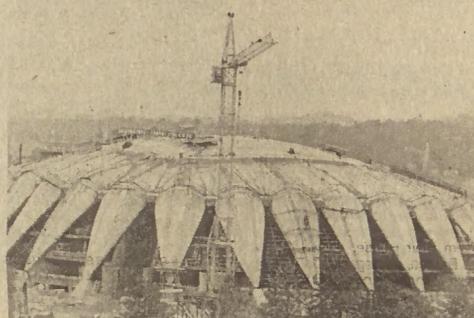
Quais são os países que podem participar na Olimpíada de Moscovo? Quantos são?

A Carta Olímpica estabelece que podem participar nos Jogos todos os países que tenham comités olímpicos nacionais reconhecidos pelo COI.

Os países excluídos do movimento olímpico, como a África do Sul e a Rodésia, não poderão participar.

Em relação ao número total de delegações nacionais que estarão presentes na Olimpíada de 80, é difícil responder. Até agora não podemos dar um número exacto. No entanto, é de sublinhar que o Comité Organizador deseja que na Olimpíada de Moscovo esteja representado o maior número possível de países.

Todos os participantes e espectadores serão cordialmente recebidos, com a hospitalidade soviética.



O gigantesco e moderno pavilhão destinado às competições de ginástica

ao mesmo tempo que se amplia a central de comunicação por telex. Em Ostankino prossegue, em bom ritmo, a construção de um grande edifício, perto da torre de televisão. É nesse edifício que ficará instalado o centro de TV que transmitirá os Jogos através de 18 cadeias a cores e para emissões simultâneas de uns 100 programas.

Os sistemas de comunicação cósmica serão mais perfeitos dentro de dois anos. Assim, praticamente todo o cidadão de qualquer país que tenha televisor poderá assistir à Olimpíada de 80.

Todo o (diverso) sistema de informação contará com os serviços do computador "ASU-Olimpiada", que processará com grande rapidez os resultados das competições, dando igualmente todos os detalhes sobre as provas.

Alguns jornalistas estrangeiros sublinham que para a Olimpíada de 80 se vão importar muitos equipamentos de países ocidentais. Está certo?

Os Jogos Olímpicos são competições em que participam países de todo o Mundo. Por isso é natural que cheguem de muitos países diversas instalações e acessórios. Muitos equipamentos serão fornecidos pelos países do CAME. No entanto, é de

basquetebol das firmas japonesas Mikasa ou Tachikara e bolas de futebol Adidas. O apuramento dos resultados em algumas modalidades só pode efectuar-se com aparelhos (cronómetros) da companhia suíça Swisse Timing, que agrupa marcas tão conhecidas como a Omega, Longines e outras.

Quem poderá assistir directamente aos Jogos? Como serão recebidos os participantes na Olimpíada?

O Comité Organizador e as numerosas entidades interessadas procuram dar ao maior número possível de estrangeiros e soviéticos a possibilidade de assistirem aos Jogos directamente. Desejamos que os turistas de outros países não só possam assistir aos Jogos mas também, se quiserem, viajar pelo nosso país e familiarizar-se com o modo de vida soviético.

Moscovo prepara-se para acolher, no período da Olimpíada, cerca de 300 mil turistas de outros países e de igual número de turistas soviéticos.

Por recomendação do COI e de acordos com a prática estabelecida, está-se a preparar a distribuição prévia de entradas para os turistas estrangeiros, tendo em conta o número de participantes de cada nação nos Jogos, a sua

«Dias da URSS» em Portugal este ano dedicados à Arménia

Caracterizada pelo mesmo espírito de amizade, intercâmbio cultural e solidariedade dos «Dias de Portugal» na URSS (que se realizam normalmente em Abril), a iniciativa «Dias da URSS» em Portugal volta a ter um variado programa cultural, sendo este ano dedicada em particular à República Socialista Soviética da Arménia.

Os principais aspectos da iniciativa, que decorrerá no período compreendido entre fins deste mês e princípios de Novembro — integrando-se assim nas comemorações do 7 de Novembro — foram recentemente divulgados aos órgãos de Comunicação Social por Armando Myre Dóres, da direcção da Associação Portugal-URSS, que sublinhou, nomeadamente, o facto de "Os Dias da URSS" incluírem no seu programa iniciativas a realizar em diversas localidades do país, o que contribuirá para um maior reforço das relações culturais entre o nosso país e a URSS, em particular com a República Soviética da Arménia.

Do programa previsto destacam-se um salão de arte popular, uma exposição de arte infantil, uma exposição de

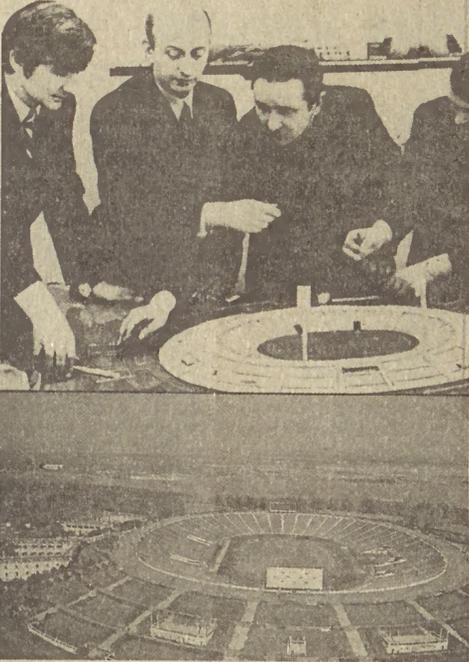
fotografias sobre a actual República Soviética da Arménia, a visita de algumas personalidades dos meios culturais, desportivos, científicos, religiosos e intelectuais daquela República, a exibição de um conjunto de danças populares e a realização de concertos de música clássica pelo Quarteto Komitass e pelo pianista Yuri Arapetian.

A exposição de arte popular será aberta ao público ainda este mês no Palácio Foz em Lisboa. Em local e data a fixar, o certame de arte infantil arménia tem como uma amostra da Galeria de Pintura infantil arménia tem como base uma amostra da Galeria de Pintura de Dança Popular do Palácio da Cultura dos Ferrovilários de Erevan vai apresentar-se em várias localidades do país. Este grupo, que já foi laureado numa das edições do

Festival de Arte Amadora dos Trabalhadores de Toda a URSS, surgiu em 1966 e é constituído por 70 dançarinos, sendo dirigido pelo conhecido artista Vardgues Rachidin. O conjunto já participou em cerca de 400 espectáculos.

Quem gosta de música clássica também está de parabéns, pois poderá apreciar, em Lisboa, Porto e Coimbra, o alto nível e o grande valor artístico do Quarteto Komitass, criado há 54 anos e que é constituído actualmente pelos violinistas Edward Tatevonian, Akop Rekinian, Eakov Papian e pelo violoncelista Félix Simonian. Nos concertos a realizar no nosso país, este quarteto será acompanhado pelo pianista arménio Yuri Arapetian.

Entretanto, continua patente na Fundação Gulbenkian em Lisboa, uma grande exposição de pintura soviética, inédita no nosso país, de que faz parte mais de uma centena de quadros de pintores arménios. A apresentação deste valioso certame trouxe a Portugal o director do Museu de Arte Contemporânea da Arménia, Guenrik Yvitan.



Em cima: arquitectos e outros técnicos junto à maquete do Estádio Kirov reconstruído, em Leninegrado, onde se realizarão jogos do torneio olímpico de futebol. Em baixo: foto recente do Estádio Kirov

RTP: Ideias novas ou processos velhos?

Profusamente anunciado, entrou em vigor no princípio desta semana o novo mapa-tipo da TV. E, como qualquer produto lançado no mercado para se vender bem, os seus fabricantes resolveram este ano oferecer um brinde; bem, uma daquelas bugigangas que também se costumam pôr dentro do pó para lavar roupa. Esse brindezinho oferecido só a alguns dos telespectadores consiste na possibilidade de desligarem o botão do 1.º Canal e ligarem para o 2.º, podendo então ver coisas diferentes.

É natural que algo melhor no reino podre que tem sido a RTP. Também era o que faltava, depois de tantos estudos, de tantos Investimentos... Só que já muito pouca gente acredita nessas mudanças televisivas.

As razões da descrença residem, é óbvio, nas mais acabadas agressões à inteligência dos espectadores que os responsáveis pela RTP vinham diariamente perpetrando.

As últimas semanas foram, neste aspecto, verdadeiramente dantescas. Do ponto de vista informativo, os telejornais repitaram-se sempre iguais a si próprios — uma informação descaradamente manipulada, tanto do ponto de vista do noticiário nacional como do internacional, algumas vezes com comentários que mais parecem redacções feitas por alunos da quarta classe.

O sector informativo da RTP pretende que os telespectadores ignorem o que se passa em Portugal e no Mundo, ora promovendo o silêncio, ora impondo a mentira. Na cena internacional, absolvem-se os agressores e os provocadores de conflitos, ao mesmo tempo que se caluniam os que, consequentemente, lutam pela paz e pelo progresso. Na vida nacional, ignoram-se realidades constitucionais, esquecem-se os trabalhadores e os seus problemas, defende-se a incompetência, amplia-se o insulto faculta-se a agressão.

O relevo dado a acontecimentos como a negociata que alguns montaram na Ladeira do Pinheiro, manipulando a credence popular, faz pensar que quem tem a responsabilidade da escolha desse tipo de programas não sabe o que se passa no País. Aqui, como em muitos outros casos, a televisão abre as portas da sua imagem ao charlatanismo e, longe de contribuir para a sua desmistificação, apenas contribuiu para a divulgação publicitária das suas actividades.

Do ponto de vista cultural e recreativo, o panorama não foi mais animador. A insistência da RTP em apresentar programas "culturais" e "recreativos" de mais baixa qualidade e totalmente alienantes, cheia a manobra de

diversão, cheia demasiado à actividade da RTP antes do 25 de Abril.

A RTP trabalha como se o povo português não vivesse uma crise; trabalha como se o analfabetismo não condicionasse ainda o dia-a-dia de uma parcela muito importante dos nossos compatriotas; trabalha com os seus, no seu dia-a-dia, tivessem acesso à fruição dos bens culturais.

Mais ainda: a RTP ignora que em Portugal existem trabalhadores da cultura, intelectuais e artistas democratas, em todos os sectores da actividade artística e cultural. Daí que o seu afastamento das câmaras seja uma regra, daí que o recurso aos subprodutos da exportação imperialista seja uma opção.

Os programas musicais, as estafadas séries não passam de produtos de fãncaria, de meras charlatanices como as que são impingidas pela "santa" da Ladeira.

Esta semana iniciou-se aquilo a que os responsáveis da RTP chamam uma nova fase da vida da televisão. Depressa veremos se a nova fase é para ser vivida com as velhas roupagens, a chegar a naftalina com as quais, durante tantos anos, nos quiseram alienar.



PAULOPRAS

TRABALHADORAS AGRÍCOLAS DE BEJA EM ENCONTRO DISTRITAL



Estas são mulheres da Reforma Agrária

É manhã de domingo em Beja. A cidade parece espreguiçar-se sob uma calma triste. Pouco passa das nove horas. Em algumas esquinas, vultos parados de homens, mãos nos bolsos, deixam passar o tempo. Por toda a cidade respira-se um quase silêncio, trespassa uma quase imobilidade.

Mas a Sede dos Bombeiros de Beja ferve. Um movimento vindo de todo o distrito, atrelados, camionetas, reboques cheios de mulheres, vozes à solta, corpos que lá dentro no salão se arrumam nas cadeiras.

É ainda cedo para o Encontro Distrital das Mulheres de Beja, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito. Mas o salão já está cheio de gente e barulho. Há um rumor agudo, indistinto, de centenas de vozes.

"É o mulherio... Onde estão mulheres, há barulheira" — diz um dos poucos trabalhadores agrícolas presentes. Di-lo com um pouco de censura, um pouco de condescendência e com algum paternalismo. No final, este mesmo trabalhador dirá:

"Tenho assistido a muitos encontros destes, mesmo de homens, e nunca vi uma coisa assim. Estou abismado com tanta determinação, tanta força."

Mas agora é ainda cedo e o trabalhador passava o olhar condescendente pelo "mulherio". Ainda não houve tempo para se surpreender quando estas mulheres denunciam a sua revolta, gritarem a sua sede de justiça, a sua raiva não mitigada de trabalhadores que ocupam o último grau da exploração, de mulheres que, desde que os agrários vêm regressando, voltam a defrontar a fome dos filhos — essa fome que lhes dói mais do que os seus próprios estômegos vazios.

É ainda cedo e, sob o nosso olhar, sobressai o tom negro dos vestuários das mais velhas — mesmo daquelas que mal dobraram trinta — lenços negros, xales negros, saias negras, blusas e meias negras. E recordamos esse tempo

passado e vivo ainda neste presente em que as mulheres do Alentejo e de outras regiões, ao casar, passavam invariavelmente a trajar de negro, como se mergulhassem mais no rio ingrato da vida. É ainda cedo e sob o nosso olhar descobrem-se os tons coloridos dos vestuários das mais jovens, a forma diferente de colocar o lenço não prendendo debaixo do queixo, antes deixando o rosto a descoberto, atado sob a nuca. Também a posição de umas e outras é diversa. As mais velhas cruzam os braços, posição herdada dos anos e anos de espera, dos anos e anos de passividade que explosões de revolta rompiam quando a fome apertava nos lares; as mais novas raramente cruzam os braços; pousam por vezes as mãos no colo mas logo as tiram irrequietas. E, no entanto, como são iguais estas mulheres! Durante o encontro, nos seus rostos, o mesmo esforço de concentração, a mesma atenção quase dolorosa, sobretudo nas mais velhas.

"Que lástima — diria uma — isto de não saber um letra do tamanho de Portugal inteiro. Sei, percebo o que é justo, mas algumas palavras não as entendo."

Temos de defender o que nosso é

É já a hora. E o Encontro começa. Até às 16 horas, com meia hora para comer um pão, 614 mulheres vão discutir a questão do desemprego e as condições de trabalho. Luzia Veredas, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, inicia os trabalhos. Fala do trabalho

pela volta de agrários que deixam terras ao abandono: são 12 000 as trabalhadoras desempregadas hoje, em toda a região de Beja. Conclui da necessidade de luta contra esta ofensiva, da unidade urgente.

Fala de como é diferente, tem de ser diferente o modo de trabalhar e lutar no sector privado e nas unidades colectivas e cooperativas. Aos

lá se produz e se vende. Temos de aproveitar tudo!"

Fala de como a situação é difícil na esmagadora maioria das unidades e cooperativas, da falta de apoio, dos cortes de crédito, da ofensiva feroz. Não há dinheiro para salários. E diz: "Temos de nos conscientizar que vamos apanhar a azeitona à empreitada, à tarefa nas Unidades e que, se calhar, só poderemos receber os salários no fim da venda. O tomate também não dá para as despesas. Vamos deixar de o apanhar? Temos de ir para as terras da Reforma Agrária trabalhar para elas, porque o que está ali é nosso, somos nós que temos que o defender".

Fala e diz também da incompreensão que existe em muitos homens. Nos maridos, nos filhos, nos companheiros de trabalho relativamente às mulheres. "Mas os homens são filhos das mulheres". E têm de compreender que o lugar das mulheres é ao lado dos companheiros de trabalho, defendendo a Reforma Agrária, defendendo a Revolução, é nas comissões das UCPs, Cooperativas, nos sindicatos, nas suas direcções, é na luta.

Organizar este potencial revolucionário

Depois de Luzia, muitas outras vozes se vão levantar. Homens só dois falarão: Manuel Bravo, do Patinhas, do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas do Distrito de Beja, e Belchior Pereira, Presidente da Assembleia Distrital de Beja em representação das autarquias. Dirão da solidariedade e da força que vem ao movimento operário e popular quando as mulheres nele se encontram; de como este movimento é, à partida, frustrado sem a participação plena das mulheres. Falará, igualmente, Clara Magro,

representando a CGTP-IN e a Comissão Nacional da Organização da Conferência Sindical Nacional sobre os Problemas das Mulheres Trabalhadoras. — Dirá da sua emoção, do seu espanto perante a vibração ali vivida, da importância da Conferência Sindical Nacional sobre os Problemas das Mulheres Trabalhadoras que se realizará em Novembro próximo.

As outras vozes — a maioria — serão vozes de mulheres das diferentes terras do distrito. Vozes, por vezes, trémulas, frases balbuciantes de quem pouco está habituado a intervir perante tal mar de gente. Vozes com ímpeto que transvazam para além das paredes do salão dos Bombeiros, passam sobre a cidade quase adormecida no domingo de Outono, vão pelos campos preparados para as sementeiras nas Unidades Colectivas, pelas terras ao abandono, ou quase, dos senhores agrários. Passam sobre as promessas de searas que os trabalhadores concretizarão. São as vozes, as queixas, as esperanças, as raivas, as certezas de todas as mulheres do Alentejo. Mulheres que aqui, como noutras partes do país contém em si um enorme, extraordinário, desconhecido, ignorado potencial revolucionário a compreender, a enquadrar, a mobilizar, a organizar.

São as vozes, o sentir de todas as mulheres do Alentejo. Por isso as palavras da Maria Rita, a Salsinha, de Pias, ou da Margarida Rosa, de Marmelar pertencem igualmente à Francisca, de Cuba, que não interveio, à velha trabalhadora da Salvada, sentada na primeira fila. Palavras partilhadas, armas de uma luta comum, colectiva, onde a lucidez, a emotividade das mulheres são a força da vitória certa.

Mulheres de Beja dizem

Maria Rita Pires, Salsinha, de Pias:

"Combater o desemprego, não é ir amanhã lutar contra os nossos irmãos, os nossos noivos, os nossos maridos, os nossos filhos que honradamente trabalham nas UCPs e Cooperativas. Os nossos problemas são os seus problemas, a nossa luta é a sua

luta, é com todos, em unidade, jovens, mulheres e homens que junto do Governo Civil, do CRFA, do Governo Central havemos de exigir que nos seja concedido subsídio de desemprego, melhores condições de trabalho e regalias sociais."

Mariana Feio, do Alvito:

"Sou do Alvito, um pequeno concelho do nosso distrito, pequeno no tamanho mas enorme em dificuldades. Alvito é um concelho onde o desemprego é pequeno no que respeita aos homens mas enorme no capítulo das mulheres."

"Nós, mulheres, trabalhamos a 50%, ou seja 6 meses num ano, havendo períodos que trabalhamos 2 ou

3 semanas, assim como estamos paradas 2 ou 3 semanas. O Sindicato estabeleceu uma escala de 130 mulheres nele inscritas e destina-nos trabalho conforme as solicitações que lhe fazem as UCPs/Cooperativas ou o sector privado. Mas o sector privado prima pelo boicote, preferindo não semear ou produzir a dar emprego às mulheres."

Rita Palos, da Aldeia Nova de S. Bento:

"Na nossa freguesia, concretamente na UCP 'Alvorada na Aldeia' antes da entrega das terras e instalações aos agrários, antes da tomada por parte do Governo da Herdade da Abóboda e Monte Novo, a UCP conseguiu garantir o trabalho para as mulheres durante a maior parte do ano. Actualmente apenas um número muito reduzido de mulheres é que trabalha, as restantes apenas trabalham de campanha em campanha ou seja de azeitona em azeitona."

ajudar os nossos companheiros. "Porém, se os organismos estatais estivessem interessados em combater a sabotagem dos agrários, teriam obrigado a que o agrário José Manuel Barrocas tivesse apanhado milhares de quilos de figo que deixou estragar na Herdade Meirinho e certamente que as mulheres teriam trabalho. Mas, também se o Governo aproveitasse o regadio da Abóboda que roubou à UCP 'Alvorada na Aldeia' havia possibilidades de empregar muita mais mão-de-obra feminina."

Maria, A-dos-Pintos:

"Nós, trabalhadoras do campo como somos, pedimos a esses senhores que chefiem o país e em especial ao Presidente da República que comece a ver como nós, mulheres alentejanas, nos

encontramos. Chegou mesmo à miséria de com 4 e 5 filhos termos de andar novamente pedindo para comer, isso que se fazia no tempo de Salazar e Caetano."

Uma trabalhadora de Cuba:

"Num ano tivemos 2 semanas de trabalho na vindima, fora o trabalho da azeitona. O que fazemos o resto do tempo? O Governo quer-nos matar à miséria já que o não pode fazer de outro modo?"

"Pedimos a todas as mulheres que sejam a favor da Reforma Agrária, que amanhã não fiquem em casa de braços cruzados mas sim que saiam para junto dos trabalhadores nas herdades que vão ser apanhadas pelos agrários."

Uma trabalhadora de Peroguarda:

"Não desmoreçam que nós também não desmorecemos. Porque eu sou uma daquelas que o senhor agrário aponta

mais, eu não tenho medo dela, nós quando vamos para ele é como quem vai apanhar o boi na praça."

Uma trabalhadora de Baleizão:

"Existe neste momento em Baleizão uma UCP onde os trabalhadores expulsaram os tubarões exploradores após o 25 de Abril. Desde essa data gloriosa nem mais desemprego houve, isto em relação aos homens..."

de apoio técnico e financeiro somos forçadas a viver à custa dos salários dos nossos maridos e irmãos, enquanto que os governos teimam em brindar com avultadas quantias de indemnizações os agrários sabotadores. Por isso, dizemos bem alto, queremos trabalho, queremos produzir."

Margarida Rosa, de Marmelar:

"Nós, mulheres trabalhadoras agrícolas da UCP 'Muralha de Aço' não esqueçamos que só depois do 25 de Abril é que temos trabalho quase todo o ano, apesar de ainda termos jornadas inferiores. Não é por sermos submissas que aceitamos esta situação e esta situação não vai ficar sempre assim. Temos a certeza que hão-de vir dias

melhores em que para trabalho igual-salário igual. Mas por agora aceitamos esta situação porque sabemos que a Reforma Agrária não tem ajuda certa do Governo e por isso temos que a ajudar e defender mesmo que para isso seja necessário ganhar menos se assim damos mais força à UCP e ajudamos a Reforma Agrária."

Uma trabalhadora de Vale de Vargo:

"Nós, as mulheres alentejanas, e não só, somos marginalizadas pelo Governo. Não temos acesso ao subsídio de desemprego e porquê? Só porque nós não descontamos para o Fundo do Desemprego. E eu pergunto: Como é que nós podemos descontar se a maioria do tempo não temos trabalho e quando o temos mal dá para pagar alguma dívida que se tenha feito no tempo do desemprego?"

o frio e a chuva do Inverno até aos escaldantes dias do Verão, porque o nosso trabalho, quando o temos, só pode ser no campo, porque ainda não temos nas nossas zonas fábricas onde uma grande parte das mulheres poderia trabalhar. Aqui cabe uma vez mais ao Governo toda a responsabilidade, porque tem feito uma política de hostilidade à Reforma Agrária e só esta poderia fazer no nosso concelho uma fábrica de moer azeitona e engarrafar o azeite e fazer a industrialização dos produtos agrícolas."



Saudação do PCP

"A Comissão Distrital de Beja do Partido Comunista Português saudava calorosamente todas as mulheres trabalhadoras neste encontro assim como todas as trabalhadoras do nosso distrito."

Neste momento difícil em que os agrários pela mão de um governo demitido tentam apoderar-se das terras e de outros meios de produção protegidos por contingentes de GNR, mesmo assim e ao contrário do que alguns órgãos de informação têm noticiado, a maior parte das terras continua na posse dos trabalhadores, e para isso tem contribuído a corajosa luta das mulheres do nosso distrito que se mobilizam em massa para defender a Reforma Agrária."

Estamos certos que salremos vencedores desta luta, e que a Reforma Agrária será defendida, e que deste encontro possam sair directrizes para a resolução dos problemas com que se debatem as mulheres trabalhadoras do nosso distrito, nomeadamente o desemprego que atinge números assustadores neste momento."

Viva o encontro das trabalhadoras agrícolas do Distrito de Beja

Viva a Reforma Agrária
Viva o Partido dos Trabalhadores, o Glorioso Partido Comunista Português."



Conclusões do encontro

O Encontro dos Trabalhadores Agrícolas associados do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja exige

- 1.º — Apoio técnico e financeiro nomeadamente a reabertura do CAE às UCP/Coops e pequenos e médios agricultores por parte do Estado.
- 2.º — Aumento e garantia de preços e de escoamento agrícolas.
- 3.º — Fim de entrega indiscriminada de terras aos grandes agrários por parte do Estado e revogação da Lei Barreto e da lei da cortiça.
- 4.º — Estímulo à introdução de novas culturas tais como tabaco, beterraba, etc., que permitam um melhor aproveitamento de mão-de-obra disponível.
- 5.º — Subsídio de desemprego.

propõe

- 1.º — Criação de Comissões de Trabalhadores Agrícolas nas freguesias que juntamente com as Comissões Sindicais, as direcções das UCP/Coops e as ligas de pequenos e médios agricultores estudem o melhor aproveitamento dos regadios existentes e o seu alargamento com vista ao aumento progressivo de postos de trabalho.
- 2.º — Que nas UCP/Coops as mulheres desenvolvam todos os esforços para aumentar a rentabilidade do trabalho.
- 3.º — Que nos casos em que as UCP/Coops não dispõem de meios financeiros para a realização de determinados trabalhos, se organizem jornadas de trabalho,

tendo em conta que toda a riqueza produzida nas UCP/Coops reverte em benefício directo dos trabalhadores.

4.º — Que os trabalhos como a apanha da azeitona e do tomate e outros do género a realizar nas UCP/Coops se realizem à tarefa tendo em vista: um melhor aproveitamento do produto e uma maior rentabilidade como se propõe em 2.

5.º — Que os secretariados das UCP/Coops estudem a criação de fábricas a nível de freguesia, concelho ou distrito, de enchidos regionais, queijo, conserva de azeitona, doces regionais, linhas de enchimento de azeite e vinho, etc. com vista à criação de novos postos de trabalho e aumentar a riqueza já existente.

6.º — Que nas freguesias se realizem plenários de trabalhadores agrícolas com vista à eleição das Comissões e discussão das propostas saídas deste Encontro.

7.º — Denunciar a gestão ruinosa das herdades estatais, nomeadamente os Machados e a Abóboda onde os gestores nomeados pelo Estado estão a proceder a criminosas acções de carácter económico que prejudicam profundamente a produtividade regional, na primeira deixam apodrecer toneladas de figo debaixo das figueiras, e na segunda estrangulando um olival de muitos milhares de oliveiras enquanto milhares de mulheres estão no desemprego.

8.º — Repudiar os ataques à Reforma Agrária aproveitando o período de sementeiras para lançarem a sua criminoso ofensiva, pretendendo entregar reservas ilegais, utilizando poderoso aparato bélico para mais tarde se culpar os trabalhadores de que não semearam as terras, de que não produziram o suficiente.